

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
UNIDADE EDUCACIONAL DE SANTANA DO IPANEMA – CAMPUS SERTÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JOSÉ JEFFERSON BARBOSA OLIVEIRA

**PERFIL DOS POBRES NOS MUNICÍPIOS DO SERTÃO DE ALAGOAS E SUA
EVOLUÇÃO NO PERÍODO 2000-2010**

Santana do Ipanema
2016

JOSÉ JEFFERSON BARBOSA OLIVEIRA

**PERFIL DOS POBRES NOS MUNICÍPIOS DO SERTÃO DE ALAGOAS E SUA
EVOLUÇÃO NO PERÍODO 2000-2010**

Monografia apresentada para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão como requisito final de obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas – UFAL Campus Sertão - Unidade Acadêmica de Santana do Ipanema.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Moreira Aristides dos Santos

Santana do Ipanema

2016

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Polo Santana do Ipanema
Responsável: Rafaela Lima de Araújo

O48p Oliveira, José Jefferson Barbosa.
Perfil dos pobres nos municípios do Sertão de Alagoas e sua evolução no período 200-2010/ José Jefferson Barbosa Oliveira. - Santana do Ipanema, 2016.
60f.: il.

Orientador: Anderson Moreira Aristides dos Santos.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Alagoas. Polo Santana do Ipanema. Curso de Ciências econômicas. Santana do Ipanema, 2016.

Bibliografia: f. 58 - 60.

1. Pobreza. 2. Renda *per capita*. 3. Sertão de Alagoas. I. Título.

CDU: 33

JOSÉ JEFFERSON BARBOSA OLIVEIRA

**PERFIL DOS POBRES NOS MUNICÍPIOS DO SERTÃO DE ALAGOAS E SUA
EVOLUÇÃO NO PERÍODO 2000-2010**

Monografia submetida ao corpo docente do
Curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal de Alagoas – UFAL /
Campus Sertão - Unidade Acadêmica de
Santana do Ipanema e aprovada no dia 20 de
Julho de 2016.

Anderson Moreira Aristides dos Santos

Prof. Dr. Anderson Moreira Aristides dos Santos
(Orientador)

Banca Examinadora:

Fabício Rios Nascimento Santos

Prof. MSc. Fabrício Rios Nascimento Santos (UFAL)
(Examinador)

Cristiano da Silva Santos

Prof. MSc. Cristiano da Silva Santos (UFAL)
(Examinador)

Dedico este trabalho a minha família: meus pais Ademir e Genilsa, minhas irmãs Geisyanne e Geinny Isa e minha noiva Andaíza.

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente por está sempre comigo e me ajudado em mais uma batalha. Toda honra e toda glória seja dada a ti, meu Deus!

Aos meus amados pais Ademir e Genilsa, minhas irmãs Geisyanne e Geinny Isa e a minha noiva Andaíza por estarem sempre ao meu lado e me ajudarem a finalizar esta etapa de minha vida.

Aos meus colegas e amigos de curso, em especial a José Adeilton e Wagner Januário pela grande amizade.

A todos os professores da UFAL que contribuíram na minha formação acadêmica e em especial ao Dr. Anderson Moreira Aristides dos Santos, meu orientador, por todo conhecimento compartilhado e suas sugestões necessárias para o desenvolvimento desse trabalho.

A todos, meu muito obrigado.

"O mundo não será melhor se todos ficarem ricos, mas será melhor se todas as pessoas crescerem em igualdade".

Zilda Arns

RESUMO

Não há um conceito único para pobreza, ela pode ser caracterizada por carências em diversos aspectos, que incluem renda, saúde, educação, entre outras dimensões. Na última década, houve melhorias no nível de pobreza monetária no Brasil, no estado de Alagoas e até mesmo no Sertão Alagoano. Assim, este trabalho tem o objetivo de analisar a evolução de alguns indicadores socioeconômicos da população pobre nos municípios do Sertão de Alagoas no ano 2000 e 2010, buscando estabelecer uma comparação e identificar as mudanças ocorridas nesse período. O estudo classifica os pobres através da abordagem unidimensional da insuficiência de renda, na qual indivíduos são considerados pobres quando possuem renda domiciliar *per capita* igual ou menor a R\$ 140,00, em valores constantes do ano de 2010, utilizando como deflator o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). A base disponível para esta análise é o Censo Demográfico. Os resultados do estudo mostram que houve uma melhora no nível educacional, no acesso a serviços públicos de infraestrutura e bens de consumo duráveis, porém o período apresentou redução na inserção da população em idade ativa (PIA) ao mercado de trabalho. Além disso, ainda continua existindo uma grande distância econômica entre o estado e o Sertão, fator primordial para um melhor resultado no perfil dos pobres no estado. No entanto, no período entre 2000 e 2010, o Sertão de Alagoas apresenta um crescimento em diversos indicadores socioeconômicos superiores ao do estado como um todo.

Palavras-chave: Pobreza. Renda *per capita*. Perfil dos pobres. Sertão de Alagoas.

ABSTRACT

There is no single concept for poverty, it can be characterized by deficiencies in several aspects, including income, health, education and other dimensions. In the last decade, there have been improvements in monetary poverty level in Brazil, in the state of Alagoas and even Sertao Alagoano. This work aims to analyze the evolution of some socioeconomic indicators of the poor in Hinterland municipalities of Alagoas in 2000 and 2010, seeking to establish a comparison and identify the changes in this period. The study classifies the poor through the one-dimensional approach to income insufficiency, in which individuals are considered poor when having per capita household income less than or equal to R \$ 140.00 in the year 2010 constant values, using as deflator the National Index Consumer Prices (INPC). The base available for this analysis is the Census. The study results show that there was an improvement in the educational level, access to public services infrastructure and consumer durables, but the period was reduced in the insertion of the working age population (PIA) to the labor market. Moreover, there is still a big economic gap between the state and the Hinterland, a key factor for a better result in poor profile in the state. However, between 2000 and 2010, the backlands of Alagoas presents a growth in several socioeconomic indicators higher than the state as a whole.

Keywords: Poverty. Per capita income. Profile of the poor. Hinterland of Alagoas.

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Polo Santana do Ipanema
Responsável: Rafaela Lima de Araújo

O48p Oliveira, José Jefferson Barbosa.
Perfil dos pobres nos municípios do Sertão de Alagoas e sua evolução no período 200-2010/ José Jefferson Barbosa Oliveira. - Santana do Ipanema, 2016.
60f.: il.

Orientador: Anderson Moreira Aristides dos Santos.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Alagoas. Polo Santana do Ipanema. Curso de Ciências econômicas. Santana do Ipanema, 2016.

Bibliografia: f. 58 - 60.

1. Pobreza. 2. Renda *per capita*. 3. Sertão de Alagoas. I. Título.

CDU: 33

LISTA DE FIGURA

Figura 1 – Sertão de Alagoas	25
---	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Renda <i>per capita</i> (R\$ de 2010) do Sertão e de Alagoas, 2000-2010	30
Gráfico 2 – % de pobres do Sertão e de Alagoas, 2000-2010	32
Gráfico 3 – Analfabetismo da população de 15 a 64 anos do Sertão de Alagoas e de Alagoas, 2000-2010	42
Gráfico 4 – Escolaridade (em %) em anos de estudo da população de 15 a 64 anos do Sertão de Alagoas no ano 2000	44
Gráfico 5 – Escolaridade (em %) em anos de estudo da população de 15 a 64 anos do estado de Alagoas no ano 2000	44
Gráfico 6 – Escolaridade (em %) em anos de estudo da população de 15 a 64 anos do Sertão de Alagoas no ano 2010	47
Gráfico 7 – Escolaridade (em %) em anos de estudo da população de 15 a 64 anos do estado de Alagoas no ano 2010	47
Gráfico 8 – Inserção ao mercado de trabalho da população (em %) de 15 a 64 anos do Sertão de Alagoas, 2000-2010	50
Gráfico 9 – Inserção ao mercado de trabalho da população (em %) de 15 a 64 anos do estado de Alagoas, 2000-2010	51
Gráfico 10 – Indicadores de acesso a serviços públicos de infraestrutura (em %) do Sertão de Alagoas, 2000-2010	55
Gráfico 11 – Indicadores de acesso a serviços públicos de infraestrutura (em %) do estado de Alagoas, 2000-2010	55
Gráfico 12 – Indicadores de acesso a bens de consumo duráveis (em %) do Sertão de Alagoas, 2000-2010	58
Gráfico 13 – Indicadores de acesso a bens de consumo duráveis (em %) do estado de Alagoas, 2000-2010	58

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** – As 4 microrregiões do Sertão Alagoano e seus 26 municípios..... 26
- Quadro 2** – Indicadores utilizados para mensurar o perfil dos pobres..... 37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – A população e sua variação percentual nos municípios do Sertão de Alagoas, 2000-2010	27
Tabela 2 – Produto Interno Bruto (PIB) a preços constantes do ano 2000, do Sertão de Alagoas, 2000 a 2010	28
Tabela 3 – Produto Interno Bruto a preços constantes do ano 2000, segundo os setores de atividade econômica do Sertão de Alagoas, 2000-2010.....	29
Tabela 4 – Renda <i>per capita</i> (R\$ de 2010) e variação percentual dos municípios do Sertão de Alagoas, 2000-2010.....	29
Tabela 5 – % de pobres e a variação (em p.p) dos municípios do Sertão de Alagoas, 2000-2010	31
Tabela 6 – IDHM total dos municípios do Sertão de Alagoas, 2000-2010.....	33
Tabela 7 – IDHM (Renda, Longevidade e Educação) dos municípios do Sertão de Alagoas, 2000-2010	35
Tabela 8 – Analfabetismo da população de 15 a 64 anos dos municípios do Sertão de Alagoas, 2000-2010.....	40
Tabela 9 – Escolaridade (em %) em anos de estudo da população de 15 a 64 anos dos municípios do Sertão de Alagoas no ano 2000.....	43
Tabela 10 – Escolaridade (em %) em anos de estudo da população de 15 a 64 anos dos municípios do Sertão de Alagoas no ano 2010.....	45
Tabela 11 – Inserção ao mercado de trabalho da população (em %) de 15 a 64 anos dos municípios do Sertão de Alagoas, 2000-2010	49
Tabela 12 – Indicadores de acesso a serviços públicos de infraestrutura (em %) dos municípios do Sertão de Alagoas, 2000-2010	52
Tabela 13 – Indicadores de acesso a bens de consumo duráveis (em %) dos municípios do Sertão de Alagoas, 2000-2010	56

LISTA DE ABREVIATURAS / SIGLAS

FGT	Foster, Green e Thorbecke
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IETS	Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PBF	Programa Bolsa Família
PBSM	Plano Brasil Sem Miséria
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 POBREZA.....	17
2.1 Conceitos Referentes à Pobreza.....	17
2.2 Análise Empírica da Pobreza	19
2.2.1 Evolução da Pobreza no Brasil e em suas Regiões.....	19
2.2.2 Evolução da Pobreza em Alagoas.....	21
2.2.3 Características Socioeconômicas e Perfil dos Pobres no Brasil	22
3 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SERTÃO DE ALAGOAS.....	25
3.1 Aspectos Geográficos	25
3.2 Aspectos Demográficos	26
3.3 Aspectos Socioeconômicos.....	28
4 METODOLOGIA	37
5 ANÁLISE E RESULTADOS.....	40
5.1 Perfil dos Pobres nos Municípios do Sertão de Alagoas	40
5.1.1 Educação	40
5.1.2 Inserção ao Mercado de Trabalho.....	48
5.1.3 Acesso a Serviços Públicos de Infraestrutura	51
5.1.4 Acesso a Bens de Consumo Duráveis	56
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS.....	61

1 INTRODUÇÃO

Para definir pobreza não há um conceito único, já que a mesma pode estar relacionada a carências em diferentes e diversas dimensões, tais como: alimentação, vestuário, habitação, educação, saúde, liberdade, entre outros aspectos.

Para Barros, Henriques e Mendonça (2000, p.124):

A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal, contudo, podemos afirmar que a pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico.

Ao longo dos anos, há variações no número e no percentual de pobres, assim como, as características dos pobres mudaram (SOUZA e OZORIO, 2013). A concepção é que a pobreza está ligada as questões do subdesenvolvimento regional e local, com carência em diversos aspectos que tem prejudicado as famílias de elevarem a renda, isto é, como o acesso restrito a energia elétrica, água encanada, esgotamento sanitário, a serviços de saúde e educação; assim como, a fatores relacionados às características demográficas e na insuficiência do capital humano e financeiro (KAGEYAMA E HOFFMANN, 2006).

No Sertão de Alagoas, a realidade da pobreza é bastante complexa. Apesar de ocorrer reduções na última década, o nível de pobreza monetária ainda é bastante elevado (SANTOS, OLIVEIRA E SANTOS, 2013). Diante disso, a principal questão a ser investigada é: Como têm evoluído as condições socioeconômicas dos pobres do Sertão de Alagoas?

Desta forma, o objetivo desse trabalho é analisar a evolução de alguns indicadores socioeconômicos da população pobre do Sertão de Alagoas entre os anos de 2000 e 2010, buscando estabelecer uma comparação e identificar as mudanças ocorridas nesse período. O trabalho leva em consideração a abordagem monetária para classificar os indivíduos como pobres, mas, posteriormente, leva-se em consideração vários indicadores desse grupo relacionados a diferentes dimensões que vão além da renda.

A hipótese seguida aqui é que houve melhorias nas condições de vida dos pobres, mas, que ainda há várias carências caracterizadas pela: falta de acesso aos serviços públicos de infraestrutura, como à água, energia, coleta de lixo e saneamento básico; falta de acesso a bens de consumo duráveis e baixo nível de escolaridade e do acesso ao mercado de trabalho.

Alguns trabalhos no Brasil apresentam as características socioeconômicas e perfil dos pobres (ALENCAR, 2012; OSORIO et al, 2011; SOUZA E OSORIO, 2013). Para os autores, as políticas públicas estão convergindo para um progresso na redução da pobreza e melhorias no perfil socioeconômico dos pobres.

A análise do perfil dos pobres é importante tanto para identificar a realidade presente, quanto obter informações para subsidiar políticas públicas direcionadas para os mais pobres (SOUZA e OSORIO, 2013, p.139). Além disso, é importante a análise para constatar a qualidade de vida que essas pessoas possuem.

O fato de algumas pessoas terem um padrão de vida mais baixo que outras é certamente uma prova de desigualdade, mas não pode, por si só, ser uma prova de pobreza, a menos que saibamos mais a respeito da qualidade de vida que essas pessoas de fato possuem. (SEN, 1983, p. 159 *apud* KAGEYAMA e HOFFMANN 2006, p. 81).

O perfil serve para detalhar quais são as características da população pobre, assim como, através do perfil poder direcionar aos formuladores de políticas a conceder prioridades, ao mostrar as características dos pobres que necessitam de maior atenção com objetivo de uma maior efetividade no combate à pobreza (OSORIO et al, 2011 p.8).

O presente estudo do perfil dos pobres deve-se a sua complexidade e importância a nível histórico, social, político e econômico. A escolha do Sertão de Alagoas é justamente por suas potencialidades e por ser uma região carente de abordagens. Assim, o estudo busca apresentar uma melhor visão da real situação do perfil dos pobres do Sertão, na tentativa de contribuir a possíveis políticas públicas locais.

Esse trabalho está dividido em seis capítulos, a começar por essa introdução. O capítulo 2 faz uma revisão da literatura referente a conceitos, evoluções e características da pobreza no Brasil e em suas regiões. O Capítulo 3 apresenta as

características dos municípios do Sertão de Alagoas, destacando alguns aspectos geográficos, demográficos e socioeconômicos. Em seguida, no capítulo 4, mostra a metodologia da pesquisa, descrevendo os indicadores utilizados para mensurar o perfil dos pobres. O capítulo 5 mostra a análise dos resultados do perfil dos pobres nos municípios do Sertão de Alagoas. E por fim, no capítulo 6, são apresentadas as considerações finais.

2 POBREZA

Nesta seção apresenta-se brevemente uma revisão sobre alguns aspectos relacionados à pobreza, considerando a abordagem que será seguida no presente trabalho. Para tanto, inicialmente conceitos da pobreza são apresentados, para em seguida, alguns dos principais trabalhos empíricos sobre evolução da pobreza serem indicados. E por fim, é feita uma revisão dos artigos que tratam este tema com uma abordagem similar a proposta deste trabalho (levantamento do perfil dos pobres).

2.1 Conceitos Referentes à Pobreza

Inicialmente no que se refere ao conceito da pobreza, ele é tido como multidimensional, onde pode ser caracterizado por carências em diversos aspectos, seja de renda, educação, saúde, entre outras dimensões, como destaca Oliveira, Buainain e Neder (2012, p. 242):

A definição da pobreza considera, além das carências básicas, outras dimensões, como a falta de capacidades humanas básicas - que antecedem a análise do rendimento corrente - refletidas pelo analfabetismo, pela má nutrição, pela mortalidade infantil elevada, pela baixa esperança de vida e pela falta de acesso a serviços e infraestruturas necessárias para satisfazer às necessidades básicas (saneamento básico, água potável, energia, comunicações, ou seja, acesso a bens e serviços de uso coletivos).

Contudo, cabe deixar claro que o presente trabalho irá classificar os pobres através da abordagem unidimensional da insuficiência de renda, ou seja, através da chamada abordagem monetária, aspectos que serão abordados na seção de metodologia.

Através dessa abordagem é comum o cálculo dos seguintes indicadores¹: proporção de indivíduos que vivem abaixo da linha de pobreza (P0); o hiato da pobreza (P1); e o hiato médio quadrático (P2). Os autores Foster, Green e

¹ Como será explicitado na metodologia, o presente trabalho não irá realizar o cálculo de todos esses indicadores, já que o objetivo é apenas classificar os indivíduos pobres e observar a evolução das características socioeconômicas deste grupo.

Thorbecke (1984) mostram que os índices de pobreza podem ser mensurados através da seguinte fórmula:

$$P(\alpha) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left(\frac{z - y_i}{z} \right)^\alpha \text{ para } \alpha \geq 0$$

onde:

z= linha de pobreza

n= número de pessoas no total

q= número de pobres (dada a linha de pobreza z)

y_i= renda

α= parâmetro Foster, Green e Thorbecke (1984)

Sendo que quando α=0 se obtém o indicador proporção de pobres (P0), já com α=1 o indicador hiato médio da pobreza (P1) e por fim com α=2 o hiato médio quadrático da pobreza (P2). As medidas FGT com α>0 satisfazem o axioma da monotonicidade, enquanto as medidas com α>1 satisfazem o axioma da transferência. No axioma da monotonicidade, considerando os demais fatores constantes, uma redução da renda de uma pessoa pobre deveria aumentar a pobreza. Já pelo axioma da transferência, considerando constantes as demais situações, uma transferência de renda de uma pessoa mais pobre para uma pessoa com maior renda deveria aumentar a pobreza.

Como destacado por Rocha (2006), a renda determina em grande parte à aquisição das diversas necessidades básicas. Assim, percebe-se que a linha de pobreza tem fundamental importância nessa abordagem, sendo que indivíduos que possuem um nível de renda menor do que esse patamar é classificado como pobre (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2000; HOFFMANN, 1998).

Para Rocha (2006, p. 266-267) a linha de pobreza deve estar relacionada à aquisição de necessidades básicas:

São definidos como pobres os indivíduos cuja renda familiar per capita é inferior ao valor que corresponderia ao necessário para atender a todas as necessidades básicas (alimentação, habitação, transporte, saúde, lazer, educação, etc).

Segundo Loureiro e Suliano (2009) a linha de pobreza corresponde ao valor da linha de indigência (que consideram pobres as pessoas que não possuem uma renda que supra o valor de uma cesta de alimentos) mais o valor monetário de outras despesas básicas.

Del Grossi, Silva e Takagi (2001) que analisam a evolução da pobreza no Brasil, destacam alguns métodos de linha de pobreza baseado na renda. Entre eles, está o do salário mínimo, da cesta de consumo e do Banco Mundial. Assim, a linha de pobreza baseada no salário mínimo considera pobre o indivíduo que possui uma renda igual ou inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Em relação à cesta de consumo, é considerado pobre aquele que não possui determinado valor relacionado às necessidades básicas do ser humano. Por fim, o Banco Mundial considera pobre aquele que possui um rendimento inferior a um dólar por dia.

De acordo com Loureiro e Suliano (2009) que analisam as principais linhas de pobreza utilizadas no Brasil, mostram que é comum no país a utilização da linha de pobreza de $\frac{1}{2}$ salário mínimo por mês de renda *per capita*, e ainda tendo como base uma cesta mínima de consumo.

Por fim, este trabalho seguirá a mesma linha de pobreza do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, baseada nos programas do Governo Federal, onde considera pobres os que possuem renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, considerando valores em Reais (R\$) de agosto de 2010.

2.2 Análise Empírica da Pobreza

2.2.1 Evolução da Pobreza no Brasil e em suas Regiões

A pobreza não é um problema específico do Sertão, do estado de Alagoas ou até mesmo do Nordeste, mas sim um problema enfrentado no Brasil e no mundo. Para Barros, Henriques e Mendonça (2000) a intensidade da pobreza no Brasil é maior do que na maioria de países com renda *per capita* semelhante, sendo a má distribuição o principal problema do aumento da pobreza no país.

Segundo Barros, Henriques e Mendonça (2001) a partir do século XXI, o Brasil não é considerado um país pobre, e sim um país bastante injusto e desigual, que possui muitos pobres, mas que apresenta grandes recursos para combater a pobreza.

Apesar do problema da pobreza no Brasil, alguns artigos têm verificado que houve melhorias importantes na década de 2000 (NERI, 2011; IPEA, 2013; ROCHA, 2013). Por exemplo, Rocha (2013) defende que a retomada do crescimento econômico e o aumento na renda, com melhorias distributivas, implicaram em uma redução da pobreza no Brasil verificada nos últimos anos. Assim, essa autora verificou que, no período entre 2003 a 2011, utilizando a linha de pobreza do Programa Bolsa Família (PBF), a proporção de pobres caiu mais da metade, de 22,6% para 10,1%. A autora que analisa a evolução da pobreza no Brasil através dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do período de 1981 a 2011, mostrando que o período 2003-2011 foi o único na trajetória brasileira desde 1970, que teve evoluções favoráveis do nível e da distribuição de renda, implicando em reduções na pobreza.

Em relação a trabalhos que analisam as regiões do Brasil, Barreto et al (2009) através de dados da PNAD de 1995 a 2005 e calculando com base nas informações do Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade (IETS), mostram que o Nordeste em 2005 possuía aproximadamente 54% da população pobre. Já nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste a proporção de pobres é menos da metade desse número, situando-se por volta de 20%. Na região Norte, a proporção de pobres também é bastante elevada, passando dos 40% nesse ano.

Analisando a pobreza no Nordeste, Manso, Barreto e França (2008) utilizando dados da PNAD para os anos de 1997 e 2007 e calculado com base na IETS, observou-se que nesse período a proporção de pobres reduziu 21,36%. Assim, apesar de uma alta proporção de pobres, visto anteriormente por Barreto et al (2009), a pobreza no Nordeste vem diminuindo nessa última década.

Com base nas PNADS dos anos de 2003 e 2011, Souza (2013) analisando a extrema pobreza no Nordeste nesse período, utilizando a linha de pobreza do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) e PBF, detectou uma queda nos percentuais de extrema pobreza aproximadamente a metade. Para o autor, o motivo dessa queda, foi devido ao crescimento econômico e uma melhor distribuição.

Considerando os rendimentos do trabalho, Lavinias (2010) apresenta a evolução recente da pobreza no Brasil e no Nordeste através de dados da PNAD. A autora mostra que no ano 2008 metade da população do Nordeste vivia abaixo da linha da pobreza, contra menos de 1/3 da brasileira.

O Nordeste sempre manteve uma posição de desvantagem relativa no que diz respeito a indicadores de pobreza. Não somente o número de pobres na população total foi sempre mais elevado no Nordeste, em relação ao restante do país, como os pobres nordestinos foram mais intensamente pobres. (ROCHA, 2003, p. 89)

2.2.2 Evolução da Pobreza em Alagoas

Em relação a Alagoas, Bezerra et al (2010) analisam a relação entre o crescimento econômico e pobreza no estado, através de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil dos anos 1991 e 2000. Os autores mostram que nessa década houve redução na pobreza para todas as microrregiões do estado, com redução de 6,97% no percentual de pobres. Mas em contrapartida, no mesmo período da redução da pobreza houve uma evolução na desigualdade de renda.

Para Sobel, Gonçalves e Costa (2010) o estado de Alagoas passou a ser o mais problemático do Nordeste entre os anos 1995 e 2005, obtendo os piores índices de pobreza. De acordo com Tejada (2007), Jucema (2009) e Gomes (1999) *apud* Sobel, Gonçalves e Costa (2010, p.78) o aumento da pobreza que vem afetando Alagoas e outros estados, é devido a uma elevada desigualdade de renda, baixos níveis de escolaridade e de produtividade agrícola.

De acordo com Tejada et al (2006) que analisam a pobreza no estado de Alagoas através de dados extraídos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), foi visto que entre o período de 1996 e 2002 a pobreza no Brasil se manteve praticamente constante, diminuindo no Nordeste, porém tendo um aumento no estado de Alagoas. Assim, para o autor apenas em 2003 que houve uma redução na proporção de pobres para o Brasil, para a região Nordeste, assim como, para o estado de Alagoas.

A partir do ano de 2003 há uma significativa redução na pobreza em Alagoas. A proporção de pobres passou de 67,55% neste ano para 60,45% em 2005, uma redução de 10,50% ao longo desses dois anos. (TEJADA et al 2007, p. 10).

Apesar de reduções em anos anteriores na pobreza em Alagoas, em 2005, segundo Tejada et al (2006) 1.809.313 pessoas eram consideradas pobres, praticamente 60% da população do Estado. Assim, Alagoas passou a ocupar o primeiro lugar no ranking de pobreza no Nordeste. Para o autor, mesmo com um número bastante alto na pobreza, houve no período de 2003 a 2005, uma redução da pobreza, da concentração de renda e de um aumento na renda *per capita*, devido a melhoras nas condições da economia do país.

Analisando a pobreza e a desigualdade de renda no médio Sertão Alagoano, através do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 destacando a evolução nas últimas décadas (1991-2000-2010), Silva (2015) mostra que houve reduções na pobreza para a maioria dos municípios no período 2000-2010 comparado a 1991-2000. A autora enfatiza que de 1991 a 2010 houve um resultado satisfatório no indicador extrema pobreza, onde ocorreu uma redução de 62,85% para 35,57%.

Nessa última década 2000-2010 também houve redução na pobreza para o Sertão de Alagoas. Esse resultado é visto no artigo de Santos, Oliveira e Santos (2014) que analisam a pobreza e a desigualdade de renda nessa mesorregião, nos anos 2000 a 2010 com base nos dados do Censo Demográfico. Os autores mostram que nesse período houve reduções nos indicadores de pobreza na maior parte dos 26 municípios do Sertão de Alagoas, mas apesar de ocorrer reduções em todos os indicadores, o nível de pobreza do Sertão ainda é bastante alto, comparado ao Estado.

2.2.3 Características Socioeconômicas e Perfil dos Pobres no Brasil

Analisando as características da pobreza, Alencar (2012) através dos dados da PNAD dos anos 2001-2009, observou-se uma melhora significativa nos indicadores sintéticos de pobreza multidimensional para todos os estados nordestinos, para a região Sudeste, assim como para o Brasil como um todo. Para o

autor, o resultado mostra que as políticas públicas estão convergindo para a diminuição da pobreza da população.

Ainda segundo Alencar (2012) entre as características analisadas, o acesso ao conhecimento foi o indicador com maior crescimento percentual entre o período 2001-2009. As características, como o acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais também tiveram crescimento. O menor resultado se encontrou o indicador ausência de vulnerabilidade (volume de recursos que uma família necessita para satisfazer as necessidades básicas), na qual obteve uma redução mínima no período considerado.

Para Bresnayan (2011) que analisa a pobreza rural no Brasil através dos microdados da PNAD e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2009, alguns fatores são importantes para a redução da pobreza: i) terra; ii) água); iii) infraestrutura; iv) educação, v) organização e participação; vi) tecnologia vii) mercados; viii) atividades não agrícolas e agrícolas; e ix) mudanças climáticas. Analisando esses indicadores, os autores observaram melhorias no acesso a educação, na redução do analfabetismo, no acesso à energia, acesso a bens de consumo e acesso a saúde e saneamento.

A melhora nas características dos pobres também é observada em Osorio et al (2011) que analisam o perfil da pobreza no Brasil através dos dados da Pnad nos anos 2004 e 2009. Os autores mostram que a política social foi importante para a mudança no perfil da pobreza. Segundo os autores, que utilizam as linhas de pobreza do PBF e PBSM, houve aumento na escolaridade da população de 15 a 64 anos, redução da taxa de analfabetismo, seguido de melhoria na qualidade das moradias e no aumento de aquisição de bens de consumo duráveis. O ponto negativo do período analisado foi em relação ao saneamento, onde permanece em um nível baixo, devido aos domicílios com escoamento de esgoto inadequado.

Utilizando dados da PNAD para os anos 2003 e 2011, Souza e Osorio (2013) também analisam o perfil da pobreza no Brasil. Os autores averiguam a inserção da população em idade ativa no mercado de trabalho, o acesso a serviços públicos de infraestrutura; acesso a energia elétrica, água, saneamento básico e coleta de lixo. Além disso, buscam analisar o acesso a bens de consumo duráveis, na qual separam em acesso a um conjunto de bens básico (fogão, geladeira, televisão,

telefone, etc.) e conjunto de bens completo (máquina de lavar, computador com internet, etc.).

Para esses últimos autores os resultados no perfil dos pobres através a linha de pobreza do PBF, mostram que entre 2003 e 2011, houve uma piora na inserção ao mercado de trabalho, mas que contribuiu para retirar muitas famílias da extrema pobreza. Em relação ao acesso a serviços públicos de infraestrutura, mostram com exceção da energia elétrica, que todas as ofertas dos serviços no período foram insuficientes. Em compensação o acesso a bens de consumo duráveis, em conjunto de bens básico e completo, houve no período um progresso rápido e lento, respectivamente.

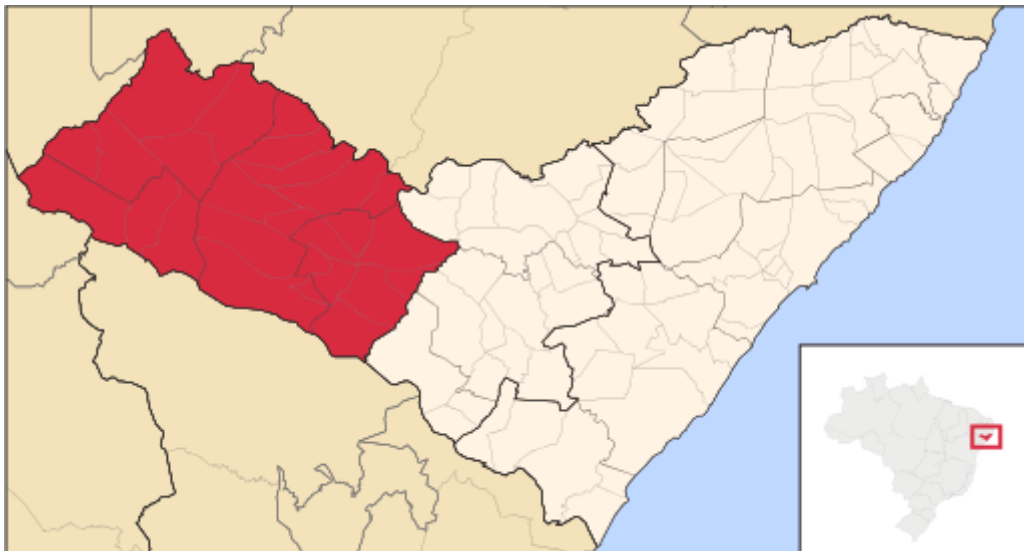
3 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SERTÃO DE ALAGOAS

Como a área de estudo limita-se ao Sertão de Alagoas, nesta seção será apresentado alguns aspectos geográficos, demográficos e socioeconômicos do Sertão.

3.1 Aspectos Geográficos

O Sertão Alagoano é uma das três mesorregiões que pertencem ao estado de Alagoas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) o Sertão de Alagoas abrange uma área de 8768,8 Km², compreendendo aproximadamente a participação de 30% da área total do estado (27.933,1 Km²). A Figura 1 mostra o estado de Alagoas, com destaque para a mesorregião do Sertão Alagoano.

Figura 1 – Sertão de Alagoas



Fonte: LORENZETO, 2006.

Na mesorregião do Sertão de Alagoas há 4 microrregiões e 26 municípios. O quadro 1 mostra como os 26 municípios estão agregados nas 4 microrregiões. O número de municípios em cada microrregião é: Alagoana do Sertão do São

Francisco (3), Batalha (8), Santana do Ipanema (10) e Serrana do Sertão Alagoano (5).

Quadro 1 – As 4 microrregiões do Sertão Alagoano e seus 26 municípios.

Microrregiões	Municípios
Alagoana do Sertão do São Francisco	Delmiro Gouveia, Olho d'Água do Casado e Piranhas.
Batalha	Batalha, Belo Monte, Jacaré dos Homens, Jaramataia, Major Isidoro, Monteirópolis, Olho d'Água das Flores e Olivença
Santana do Ipanema	Carneiros, Dois Riachos, Maravilha, Ouro Branco, Palestina, Pão de Açúcar, Poço das Trincheiras, Santana do Ipanema, São José da Tapera e Senador Rui Palmeira.
Serrana do Sertão Alagoano	Água Branca, Canapi, Inhapi, Mata Grande e Pariconha.

Fonte: Adaptado de IBGE, 2016.

3.2 Aspectos Demográficos

Segundo informações do censo demográfico do ano de 2010 realizado pelo IBGE, o Sertão de Alagoas possui uma população de 432.667 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 49,34 Hab/ Km². Essa população, que corresponde a 12,95% da população do Estado, está localizada em sua maioria em áreas rurais, 52,57%. Dessa população, há 212.965 homens e 219.702 mulheres, respectivamente uma proporção de 49,22% e 50,77%.

A tabela 1 mostra a distribuição da população nos 26 municípios do Sertão Alagoano nos anos 2000 e 2010. Pode ser observado que apenas os municípios de Delmiro Gouveia e Santana do Ipanema possuem uma população acima de 40 mil habitantes. O município de Delmiro Gouveia é o mais populoso desta mesorregião, tanto no ano 2000 quanto em 2010. Por outro lado, o município de Palestina apresenta a menor população da mesorregião.

Dos 26 municípios do Sertão de Alagoas, 17 obtiveram crescimento populacional, enquanto 9 municípios tiveram redução na população no período entre 2000 e 2010. O município de Carneiros obteve o maior crescimento populacional, 25,89%. Enquanto isso, o município de Maravilha obteve a maior redução na população, 24,86%.

Tabela 1 - A população e sua variação percentual nos municípios do Sertão de Alagoas, 2000-2010.

Municípios	População 2000	População 2010	Var. %
Água Branca	18.660	19.377	3,84%
Batalha	14.799	17.076	(15,39%)
Belo Monte	7.061	7.030	-0,44%
Canapi	17.334	17.250	-0,48%
Carneiros	6.585	8.290	(25,89%)
Delmiro Gouveia	(42.469)	(48.096)	13,25%
Dois Riachos	11.066	10.880	-1,68%
Inhapi	17.768	17.898	0,73%
Jacaré dos Homens	(6.404)	(5.413)	(-15,47%)
Jaramataia	(5.788)	(5.558)	(-3,97%)
Major Isidoro	17.639	18.897	7,13%
Maravilha	13.687	10.284	(-24,86%)
Mata Grande	25.032	24.698	-1,33%
Monteirópolis	6.557	6.935	5,76%
Olho D'Água das Flores	19.417	20.364	4,88%
Olho D'Água do Casado	7.059	8.491	(20,29%)
Olivença	10.369	11.047	6,54%
Ouro Branco	10.077	10.912	8,29%
Palestina	(4.523)	(5.112)	13,02%
Pão de Açúcar	24.785	23.811	-3,93%
Pariconha	10.612	10.264	-3,28%
Piranhas	20.007	23.045	15,18%
Poço das Trincheiras	13.222	13.872	4,92%
Santana do Ipanema	(41.485)	(44.932)	8,31%
São José da Tapera	(27.128)	(30.088)	10,91%
Senador Rui Palmeira	11.979	13.047	8,92%

Fonte: Adaptado de ATLAS BRASIL, 2016.

Nota: Os valores entre parênteses indicam os maiores e menores resultados.

3.3 Aspectos Socioeconômicos

Um indicador importante para essa análise socioeconômica é o Produto Interno Bruto (PIB). O PIB mede os valores produzidos de todos os bens e serviços finais de uma economia.

A tabela 2 mostra a evolução do PIB (a preços constantes do ano 2000) do Sertão Alagoano, nos anos 2000 a 2010. Essa mesorregião atingiu um PIB acima de R\$ 600 milhões em 2000, e, R\$ 700 milhões, em 2010, o que representa um crescimento de 23,50%. De acordo com o IBGE, a participação do PIB do Sertão no PIB de Alagoas no ano 2010, foi de apenas 7,33%.

Tabela 2 – Produto Interno Bruto (PIB) a preços constantes do ano 2000, do Sertão de Alagoas, 2000 a 2010.

Ano	Valores em R\$
2000	642.825,50
2001	642.848,83
2002	649.534,03
2003	609.543,08
2004	659.378,00
2005	682.462,84
2006	714.667,37
2007	781.237,32
2008	772.557,23
2009	759.772,57
2010	793.910,82

Fonte: Adaptado de IBGE, 2016.

Observa-se que ao longo dos anos houve um crescimento do PIB no Sertão de Alagoas, com exceção para os anos 2003, 2008 e 2009, que houve um crescimento negativo. Na tabela 3, é visto o valor do PIB por atividade econômica no período 2000-2010. O setor de serviços é o que maior contribui para a economia do Sertão, alcançando em 2010, um PIB acima de R\$ 500 milhões.

A agropecuária, extremamente afetada por fatores climáticos, a sua contribuição no ano 2010 para o PIB sertanejo caiu. No Sertão de Alagoas, os setores de atividade serviços, indústria e agropecuária contribuem, respectivamente, com 76,29%, 14,31% e 9,38% do PIB.

Tabela 3 – Produto Interno Bruto a preços constantes do ano 2000 (R\$), segundo os setores de atividade econômica do Sertão de Alagoas, 2000-2010.

Atividade Econômica	2000	2010
Serviços	392.667,21	578.380,36
Indústria	93.459,92	108.550,43
Agropecuária	127.996,57	71.137,82

Fonte: Adaptado de IBGE, 2016.

Na tabela 4 mostra a renda domiciliar *per capita* (R\$ de 2010) e a variação percentual para o Sertão de Alagoas no período 2000 a 2010. O conceito de renda domiciliar *per capita* se refere à soma dos rendimentos de todos os indivíduos, dividido pelo número total destes indivíduos.

Observa-se nessa tabela que em 2000, o município do Poço das Trincheiras detinha a menor renda média (R\$ 69,2) dessa mesorregião. Enquanto isso, o município de Piranhas possuía a maior renda, sendo essa de R\$ 257,64. Considerando o ano de 2010, o município de Senador Rui Palmeira obteve a menor renda (R\$ 159,61), e, o município de Delmiro Gouveia a maior renda (R\$ 332,13).

Todos os municípios obtiveram um crescimento da renda no período analisado, exceto Monteirópolis que obteve uma redução de 10,78%. Por outro lado, o município de Maravilha apresentou um aumento significativo, com uma renda que variou de R\$ 85,8 em 2000, para R\$ 229,39 em 2010, representando um crescimento de 167,35%.

Tabela 4 - Renda *per capita* (R\$ de 2010) e variação percentual dos municípios do Sertão de Alagoas, 2000-2010.

Municípios	Renda 2000	Renda 2010	Var. %
Água Branca	138,86	213	53,39%
Batalha	(246,02)	265,62	7,97%
Belo Monte	108,35	187,77	73,30%
Canapi	83,83	183,83	119,29%
Carneiros	117,4	199,58	70,00%
Delmiro Gouveia	(226,71)	(332,13)	46,50%
Dois Riachos	148,66	194,81	31,04%
Inhapi	102,21	180,64	76,73%
Jacaré dos Homens	222,72	235,11	(5,56%)

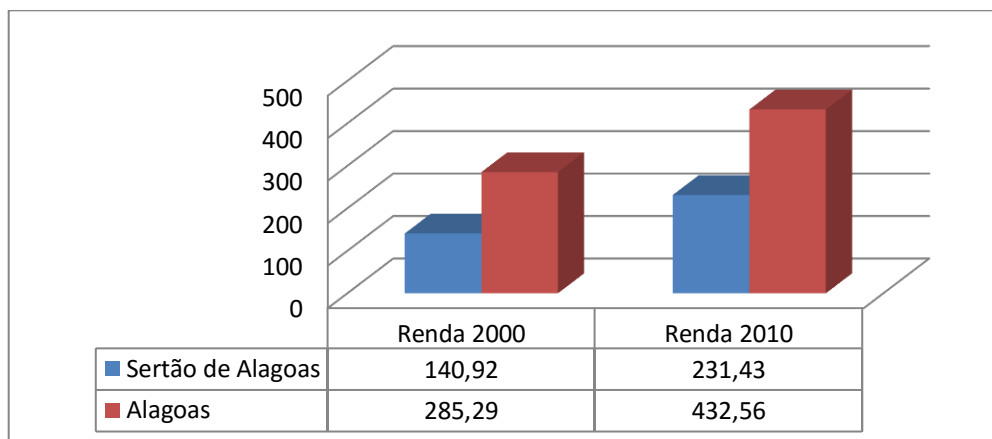
Jaramataia	124,11	219,1	76,54%
Major Isidoro	124,09	270,04	117,62%
Maravilha	85,8	229,39	(167,35%)
Mata Grande	122,38	186,87	52,70%
Monteirópolis	197,95	(176,62)	(-10,78%)
Olho D'Água das Flores	192,01	(274,46)	42,94%
Olho D'Água do Casado	170,87	211,97	24,05%
Oliveira	(82,3)	195,19	(137,17%)
Ouro Branco	126,89	227,56	79,34%
Palestina	109,76	185,39	68,90%
Pão de Açúcar	174,43	224,33	28,61%
Pariconha	101,98	211,13	107,03%
Piranhas	(257,64)	265,96	(3,23%)
Poço das Trincheiras	(69,2)	(162,21)	(134,41%)
Santana do Ipanema	188,57	(293,85)	55,83%
São José da Tapera	87,03	188,84	116,98%
Senador Rui Palmeira	(79,05)	(159,61)	101,91%

Fonte: Adaptado de ATLAS BRASIL, 2016.

Nota: Os valores entre parênteses indicam os maiores e menores resultados.

No gráfico 1 é feita uma comparação entre a renda *per capita* do Sertão Alagoano e de Alagoas no período 2000 a 2010. Observa-se através desse gráfico que a renda *per capita* de Alagoas é mais do que o dobro da presenciada em sua mesorregião do Sertão. Em outras palavras, ainda continua existindo uma grande distância econômica entre esse estado e sua mesorregião. Contudo, no período entre 2000 e 2010, o Sertão de Alagoas obteve um crescimento em sua renda superior ao do estado como um todo.

Gráfico 1 - Renda *per capita* (R\$ de 2010) do Sertão e de Alagoas, 2000-2010.



Fonte: Adaptado de ATLAS BRASIL, 2016.

Esses resultados seguem em linha com os evidenciados para o Brasil, por exemplo, Souza e Osorio (2013) mostram que a renda *per capita* brasileira cresceu mais de 40% entre 2003 e 2011, sendo nessa década observou-se avanços significativos.

Considerando dados de pobreza monetária, que leva em consideração a insuficiência de renda, a tabela 5 apresenta a porcentagem de indivíduos vivendo com renda domiciliar *per capita* abaixo da linha de pobreza para os municípios do Sertão de Alagoas nos anos 2000 e 2010.

Tabela 5 - % de pobres e a variação (em p.p) dos municípios do Sertão de Alagoas, 2000-2010.

Municípios	% de pobres 2000	% de pobres 2010	Var. % de pobres (em p.p)
Água Branca	72,53	52,87	-19,66
Batalha	65,92	(39,85)	-26,07
Belo Monte	77,23	60,98	-16,25
Canapi	(83,63)	60,69	-22,94
Carneiros	70,42	54,21	-16,21
Delmiro Gouveia	(53,15)	(33,1)	-20,05
Dois Riachos	67,99	57,39	(-10,6)
Inhapi	80,34	(65,08)	-15,26
Jacaré dos Homens	70,59	46,94	-23,65
Jaramataia	76,01	50,05	-25,96
Major Isidoro	73,53	45,15	(-28,38)
Maravilha	79,6	50,79	(-28,81)
Mata Grande	77,34	58,03	-19,31
Monteirópolis	81,33	56,76	-24,57
Olho D'Água das Flores	66,34	(42,29)	-24,05
Olho D'Água do Casado	(56,74)	52,74	(-4)
Oliveira	(83,16)	56,57	-26,59
Ouro Branco	71,16	48,54	-22,62
Palestina	74,25	(61,71)	-12,54
Pão de Açúcar	74,88	51,74	-23,14
Pariconha	77,47	45,24	(-32,23)
Piranhas	(60,37)	48,72	(-11,65)
Poço das Trincheiras	(85,35)	(67,57)	-17,78
Santana do Ipanema	68,71	47,02	-21,69
São José da Tapera	82,2	58,39	-23,81
Senador Rui Palmeira	81,11	59,76	-21,35

Fonte: Adaptado de ATLAS BRASIL, 2016.

Nota: Os valores entre parênteses indicam os maiores e menores resultados.

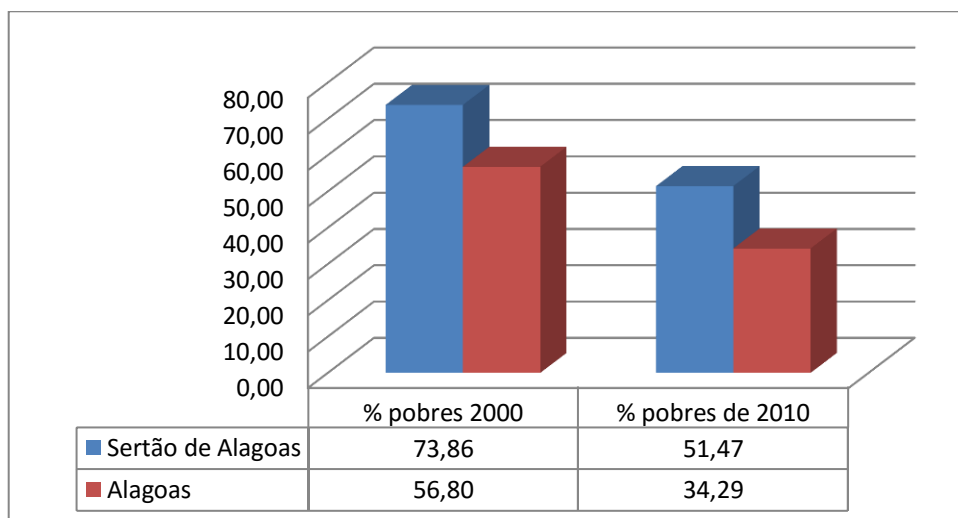
Nos anos 2000 e 2010, observa-se que o município de Delmiro Gouveia apresentava a menor proporção de pobres (53,15% e 33,10%, respectivamente). Por outro lado, em situação totalmente oposta, o município de Poço das Trincheiras detinha a maior proporção de pobres para os dois anos (respectivamente, 85,35% e 67,57%).

Ainda em relação à tabela 5, pode-se observar que houve redução na pobreza para todos os municípios. Observa-se que o município de Pariconha apresentou a maior redução (32,23p.p) nesse indicador, e, o município de Olho d'Água do Casado a menor, com redução de apenas 4p.p.

Em geral, observou-se crescimento na renda e redução da pobreza. Esse resultado é semelhante ao da década anterior para o Estado de Alagoas, no qual segundo Bezerra et al. (2010), as reduções no percentual de pobres foram acompanhadas por um aumento da renda *per capita*. Apesar de a magnitude da redução nesta última década ser maior comparativamente aos anos 90.

O gráfico 2 a seguir, faz um comparativo da proporção de pobres do Sertão e de Alagoas nos anos 2000 e 2010. Houve redução na proporção de pobres entre os anos 2000 e 2010 na mesorregião do Sertão e do Estado de Alagoas. O Sertão e o Estado obtiveram praticamente a mesma queda nesse indicador, uma redução de 22,39p.p e 22,51p.p, respectivamente. Mesmo com essa queda, a proporção de pobres do Sertão de Alagoas ainda é bastante alta comparada ao estado, sendo 51,47% da população nessa condição.

Gráfico 2 - % de pobres do Sertão e de Alagoas, 2000-2010.



Fonte: Adaptado de ATLAS BRASIL, 2016.

Outra maneira de observar os aspectos socioeconômicos do Sertão Alagoano é por meio de indicadores que mensuram a qualidade de vida da população. Um indicador socioeconômico bastante utilizado para medir a qualidade de vida é o Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) que é formado por três índices: longevidade, educação e a renda. A longevidade é medida a partir da esperança de vida ao nascer; a educação através do acesso ao conhecimento e a renda obtida da renda familiar *per capita*.

O IDHM é um número que varia entre zero e um. Quanto mais próximo de um, maior o desenvolvimento humano do município ou região. São considerados de baixo desenvolvimento, os que possuem um IDHM abaixo de 0,500; de médio desenvolvimento entre 0,500 e 0,799; e de alto desenvolvimento, os de acima de 0,800.

A tabela 6 apresenta o IDHM de todos os municípios do Sertão de Alagoas para os anos 2000 e 2010. Pode ser observado, que em 2000 todos os municípios do Sertão Alagoano possuíam baixo desenvolvimento humano, obtendo um número abaixo de 0,500. No ano 2010, 24 municípios passaram para a categoria do médio desenvolvimento humano, apenas os municípios de Inhapi e Olivença que permaneceram com baixo desenvolvimento humano.

Os maiores IDHM do Sertão de Alagoas no ano 2010 são respectivamente, Delmiro Gouveia (0,612), Batalha (0,594), Pão de Açúcar (0,593), Santana do Ipanema (0,591) e Piranhas (0,589).

Tabela 6 - IDHM total dos municípios do Sertão de Alagoas, 2000-2010.

Municípios	IDHM (2000)	IDHM (2010)
Água Branca	0,392	0,549
Batalha	0,401	(0,594)
Belo Monte	0,331	0,517
Canapi	0,306	0,506
Carneiros	0,356	0,526
Delmiro Gouveia	(0,436)	(0,612)
Dois Riachos	0,37	0,532
Inhapi	(0,281)	(0,484)
Jacaré dos Homens	0,4	0,583

Jaramataia	0,386	0,552
Major Isidoro	0,365	0,566
Maravilha	0,343	0,569
Mata Grande	0,356	(0,504)
Monteirópolis	0,38	0,539
Olho D'Água das Flores	0,405	0,565
Olho D'Água do Casado	0,362	0,525
Olivença	(0,301)	(0,493)
Ouro Branco	0,396	0,547
Palestina	0,402	0,558
Pão de Açúcar	(0,434)	(0,593)
Pariconha	0,35	0,548
Piranhas	(0,432)	0,589
Poço das Trincheiras	0,313	0,526
Santana do Ipanema	0,425	0,591
São José da Tapera	0,319	0,527
Senador Rui Palmeira	(0,299)	0,518

Fonte: Adaptado de ATLAS BRASIL, 2016.

Nota: Os valores entre parênteses indicam os maiores e menores resultados.

A tabela 7 mostra o IDHM de todos os municípios do Sertão de Alagoas para os índices renda, longevidade e educação nos anos 2000 e 2010. O IDHM renda em 2000 mostra que os municípios de Piranhas e Poço das Trincheiras possuíam respectivamente, o maior e o menor número. Em 2010, os municípios de Delmiro Gouveia e Senador Rui Palmeira, passaram a apresentar respectivamente o maior e o menor IDHM renda.

Para o IDHM Longevidade, o município de Olivença apresentou o menor desenvolvimento, tanto em 2000 quanto em 2010. O maior IDHM Longevidade ficou com os municípios de Água Branca em 2000 e Pão de Açúcar em 2010.

O IDHM Educação que obteve nos dois anos o menor resultado em comparação aos outros dois índices, teve o município de Inhapi e Olho D'Água do Casado nos anos 2000 e 2010 respectivamente o menor desenvolvimento. Os municípios de Palestina, em 2000, e Batalha, em 2010, apresentaram os maiores IDHM educação.

Tabela 7 - IDHM (Renda, Longevidade e Educação) dos municípios do Sertão de Alagoas, 2000-2010.

Municípios	IDHM Renda (2000)	IDHM Renda (2010)	IDHM Longev (2000)	IDHM Longev (2010)	IDHM Educ (2000)	IDHM Educ (2010)
Água Branca	0,459	0,527	(0,675)	0,728	0,195	0,432
Batalha	(0,551)	0,563	0,622	0,752	0,188	(0,496)
Belo Monte	0,419	0,507	0,629	0,725	0,137	0,376
Canapi	0,378	0,504	0,608	0,719	(0,125)	0,357
Carneiros	0,432	0,517	0,575	0,709	0,182	0,398
Delmiro Gouveia	(0,537)	(0,599)	0,657	0,774	0,235	(0,494)
Dois Riachos	0,47	0,513	0,634	0,762	0,17	0,385
Inhapi	0,409	0,501	0,603	0,718	(0,09)	(0,316)
Jacaré dos Homens	0,535	0,543	0,634	0,759	0,188	0,481
Jaramataia	0,441	0,532	0,629	0,701	0,207	0,451
Major Isidoro	0,441	0,566	0,634	0,755	0,174	0,424
Maravilha	0,381	0,539	(0,664)	0,742	0,16	0,46
Mata Grande	0,438	0,506	0,654	(0,685)	0,157	0,369
Monteirópolis	0,516	(0,497)	0,618	0,71	0,172	0,443
Olho D'Água das Flores	0,511	(0,568)	0,633	0,752	0,206	0,422
Olho D'Água do Casado	0,492	0,527	0,65	(0,785)	0,148	(0,35)
Oliveira	(0,375)	0,513	(0,569)	(0,677)	0,128	(0,345)
Ouro Branco	0,444	0,538	0,626	(0,7)	0,223	0,434
Palestina	0,421	0,505	0,61	0,735	(0,253)	0,467
Pão de Açúcar	0,495	0,536	0,664	(0,793)	(0,249)	(0,491)
Pariconha	0,409	0,526	0,618	0,754	0,17	0,416
Piranhas	(0,558)	0,563	(0,667)	(0,786)	0,217	0,462
Poço das Trincheiras	(0,347)	(0,484)	(0,575)	0,719	0,154	0,419
Santana do Ipanema	0,508	(0,579)	0,638	0,77	(0,237)	0,463
São José da Tapera	0,384	0,508	(0,573)	0,703	0,148	0,409
Senador Rui Palmeira	(0,368)	(0,481)	0,592	0,728	(0,123)	0,398

Fonte: Adaptado de ATLAS BRASIL, 2016.

Nota: Os valores entre parênteses indicam os maiores e menores resultados.

No geral, o IDHM renda, longevidade e educação melhoraram praticamente para todos os municípios no período 2000 a 2010. Apenas os municípios de Monteirópolis e Olho D'Água do Casado que apresentaram respectivamente reduções no IDHM Renda e Educação.

Assim, analisando todos esses indicadores socioeconômicos do Sertão de Alagoas, pode ser observado que houve aumento da renda *per capita* da população

total, uma melhora na educação e, no geral, na qualidade de vida. Os resultados são acompanhados por reduções no percentual de pobres.

4 METODOLOGIA

Como expresso anteriormente o objetivo deste trabalho é analisar a evolução de alguns indicadores socioeconômicos da população pobre do Sertão de Alagoas, entre os anos de 2000 e 2010. Portanto, necessita-se de dados em nível municipal. A base disponível para esta análise é o Censo Demográfico.

O censo demográfico é uma das principais fontes de dados que é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de dez em dez anos, onde apresenta as principais características da população, tendo como objetivo a obtenção de informações as questões demográficas e socioeconômicas em todo território. No censo 2010 foram pesquisadas 67,6 milhões de domicílios nos 5.565 municípios brasileiros.

No presente trabalho, indivíduos são considerados pobres quando possuem renda domiciliar *per capita* igual ou menor a R\$ 140,00, em valores constantes do ano de 2010, utilizando como deflator o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), essa classificação é semelhante à utilizada no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil².

A partir dessa classificação de pobres do Sertão de Alagoas, este trabalho analisará a evolução de vários indicadores desse grupo de indivíduos, considerando o período 2000-2010. Como não existem os dados de interesse compilados por alguma instituição, essas variáveis são calculadas com base nos microdados do Censo Demográfico, sendo que as variáveis de interesse seguem descritas no quadro 2. A escolha das variáveis foi com base no dicionário compatibilizado do censo.

Quadro 2 - Indicadores utilizados para mensurar o perfil dos pobres

INDICADOR	EXPLICAÇÃO
Taxa de Analfabetismo	Porcentagem de pessoas em idade ativa entre 15 a 64 anos que não sabem ler e escrever.

² Ver http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/glossario/.

Anos de Estudo	Avaliar anos de estudo de 0 a 15 anos ou mais da população em idade ativa, em grupos: Menor ou igual a 3 anos de estudo; 4 a 7 (primário completo, 1º.grau incompleto); 8 a 10 (1º.grau completo, 2º.grau incompleto); 11 a 14 (2º.grau completo, superior incompleto); 15 ou mais (superior completo).
Posição de ocupação	Variável que capta como os indivíduos de 15 a 64 anos estão inseridos em diferentes ocupações no mercado de trabalho, como: a porcentagem de empregados formais (empregados com carteira assinada, empregadores mais os militares e funcionários públicos) e informais (empregados sem carteira assinada e os sem remuneração); autônomos e autoconsumo (produzem para o próprio consumo).
Água	Porcentagem de pessoas que possuem rede geral de canalização interna.
Esgotamento Sanitário	Porcentagem de pessoas que possuem rede geral ou fossa séptica.
Coleta de Lixo	Porcentagem de pessoas que possuem acesso à coleta de lixo adequado (coletado por serviços de limpeza ou colocado em caçamba de serviço de limpeza).
Iluminação Elétrica	Porcentagem de pessoas que possuem iluminação elétrica.
Geladeira	Porcentagem de pessoas que possuem geladeira.
Televisão	Porcentagem de pessoas que possuem televisão.

Máquina de lavar	Porcentagem de pessoas que possuem máquina de lavar.
------------------	--

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

5 ANÁLISE E RESULTADOS

5.1 Perfil dos Pobres nos Municípios do Sertão de Alagoas

Nesta seção apresentam-se os resultados da análise de alguns indicadores utilizados para mensurar o perfil dos pobres.

5.1.1 Educação

A tabela 8 apresenta a taxa de analfabetismo da população entre 15 a 64 anos – a população em idade ativa (PIA) – dos municípios do Sertão de Alagoas no ano 2000 e 2010. Pode ser observado que houve queda nas porcentagens de analfabetismo para todos os municípios do Sertão de Alagoas no período 2000 a 2010.

É possível perceber que mesmo com a redução nesse indicador, presenciada em todos os municípios, o percentual de analfabetos ainda é grande no período analisado. Em 2000, com 33,76% o município de Delmiro Gouveia apresentou a menor taxa de analfabetismo do Sertão. Em 2010, Pariconha tinha a menor taxa.

Tabela 8 – Analfabetismo da população de 15 a 64 anos dos municípios do Sertão de Alagoas, 2000-2010.

Municípios	Analfabetos em %	
	2000	2010
Água Branca	42,22	29,12
Batalha	(51,37)	33,17
Belo Monte	47,52	36,50
Canapi	(53,02)	(40,24)
Carneiros	(38,12)	32,93
Delmiro Gouveia	(33,76)	30,31
Dois Riachos	49,12	39,10
Inhapi	48,93	(43,81)
Jacaré dos Homens	42,48	(27,03)

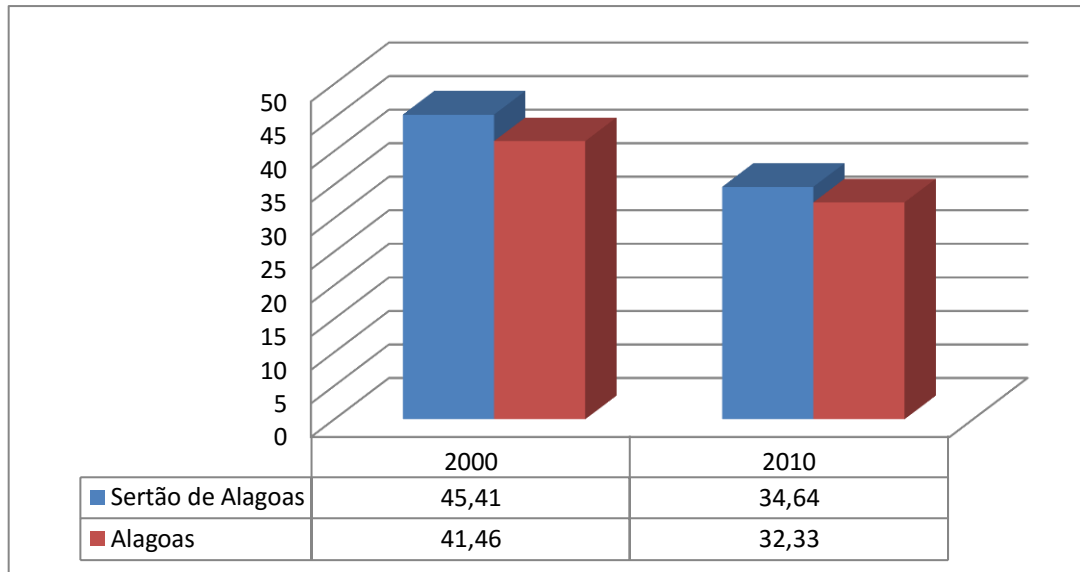
Jaramataia	49,85	36,61
Major Isidoro	49,89	(39,34)
Maravilha	47,31	30,13
Mata Grande	50,39	38,23
Monteirópolis	45,06	34,97
Olho d'Água das Flores	41,86	32,17
Olho d'Água do Casado	43,26	39,01
Oliveira	45,67	34,53
Ouro Branco	38,63	31,03
Palestina	(35,95)	34,18
Pão de Açúcar	44,57	32,02
Pariconha	43,83	(26,33)
Piranhas	44,61	36,39
Poço das Trincheiras	(50,82)	(28,48)
Santana do Ipanema	43,46	34,78
São José da Tapera	48,88	35,86
Senador Rui Palmeira	48,34	35,20

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Nota: Os valores entre parênteses indicam os maiores e menores resultados.

Como visto na tabela 8, houve uma queda na porcentagem de analfabetos para todos os municípios do Sertão. Já no gráfico 3, observa-se a redução da taxa de analfabetismo da população em idade ativa para o Sertão de Alagoas. Essa redução também é vista no estado de Alagoas, resultados com magnitudes semelhantes entre esse estado e sua mesorregião do Sertão (respectivamente, 9,13 p.p e 10,77 p.p).

Gráfico 3 – Analfabetismo (em %) da população de 15 a 64 anos do Sertão de Alagoas e de Alagoas, 2000-2010.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

A tabela 9 mostra a escolaridade em anos de estudo da PIA nos municípios do Sertão de Alagoas no ano 2000. Nota-se que em todos os municípios, a maioria da população em idade ativa não havia completado ao menos 3 anos de estudo. O município de Poço das Trincheiras com 71,78% apresentou a maior porcentagem da PIA que não possui ao menos 3 anos de estudo.

Em relação a anos de estudo de 4 a 7 (que possui primário completo e 1º. grau incompleto), com 40,99% o município de Jaramataia apresentou a maior porcentagem em 2000 do Sertão. O município de Pão de Açúcar obteve a maior porcentagem de pessoas com 8 a 10 anos de estudo (possuindo o 1º. grau completo e o 2º. grau incompleto), 10,18%.

Na faixa de 11 a 14 anos (que possui 2º. grau completo e superior incompleto) e 15 ou mais de anos de estudos (superior completo), o percentual de todos os municípios do Sertão de Alagoas em 2000, foi pouco significativo. Nota-se que em 2000, a população pobre dos municípios do Sertão, concluiu um número reduzido de anos de estudo.

Tabela 9 – Escolaridade (em %) em anos de estudo da população de 15 a 64 anos dos municípios do Sertão de Alagoas no ano 2000.

Municípios	Anos de estudo do ano 2000				
	<=3	4 a 7	8 a 10	11 a 14	>=15
Água Branca	65,97	28,01	3,55	2,47	0,00
Batalha	57,68	34,03	6,55	1,56	0,18
Belo Monte	(68,80)	24,37	5,23	1,60	0,00
Canapi	65,48	28,15	5,33	1,04	0,00
Carneiros	56,87	36,70	4,95	1,49	0,00
Delmiro Gouveia	52,89	(37,58)	(7,49)	2,04	0,00
Dois Riachos	65,62	28,65	4,03	1,70	0,00
Inhapi	66,02	29,87	(2,99)	1,12	0,00
Jacaré dos Homens	(68,99)	(22,94)	5,54	2,53	0,00
Jaramataia	(49,85)	(40,99)	6,52	2,64	0,00
Major Isidoro	63,81	26,52	6,62	(3,05)	0,00
Maravilha	66,22	29,23	(3,16)	1,39	0,00
Mata Grande	67,09	25,74	5,70	1,46	0,00
Monteirópolis	64,75	27,93	5,05	2,27	0,00
Olho d'Água das Flores	58,59	32,98	5,69	2,74	0,00
Olho d'Água do Casado	65,91	28,71	(3,46)	1,91	0,00
Oliveira	68,69	(23,90)	6,45	(0,95)	0,00
Ouro Branco	61,55	30,33	6,65	1,47	0,00
Palestina	(48,68)	(38,61)	6,59	(6,12)	0,00
Pão de Açúcar	54,01	31,37	(10,18)	(4,28)	0,17
Pariconha	59,96	32,86	5,29	1,89	0,00
Piranhas	60,05	31,74	6,72	1,49	0,00
Poço das Trincheiras	(71,78)	(22,41)	4,87	(0,94)	0,00
Santana do Ipanema	(52,55)	37,41	(6,73)	3,00	0,31
São José da Tapera	64,45	29,04	4,69	1,76	0,06
Senador Rui Palmeira	68,57	24,59	5,61	(1,01)	0,23

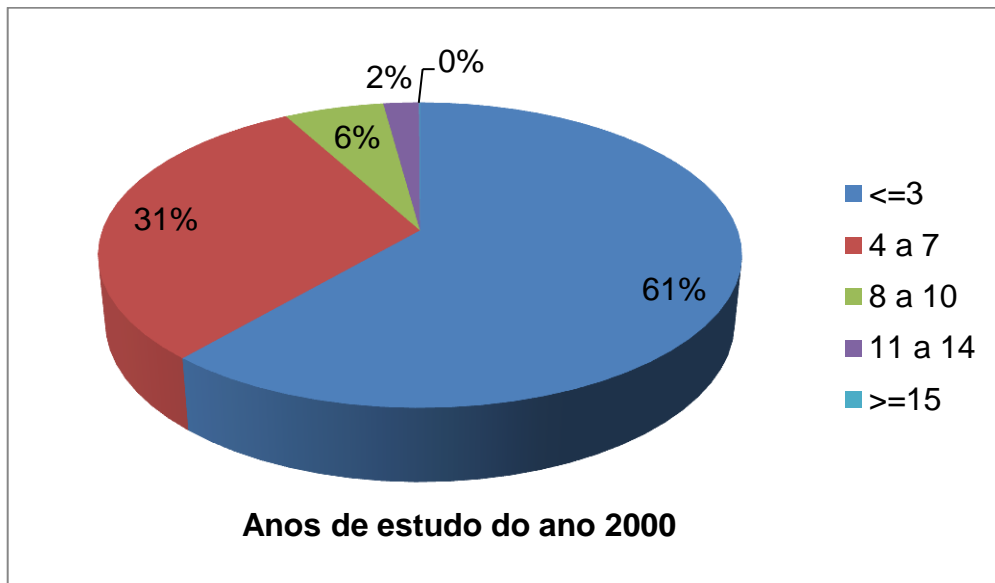
Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Nota: Os valores entre parênteses indicam os maiores e menores resultados.

O resultado em anos de estudo no ano 2000 no geral para o Sertão Alagoano pode ser observado no gráfico 4. Observa-se que 61% da população do sertão não possui ao menos 3 anos de estudo; 31% possui 4 a 7 anos de estudo; 6% possui 8 a 10 anos e 2% 11 a 14 anos de estudo. A população pobre do Sertão não apresentou no ano 2000 o superior completo, equivalente a 15 anos ou mais de estudo.

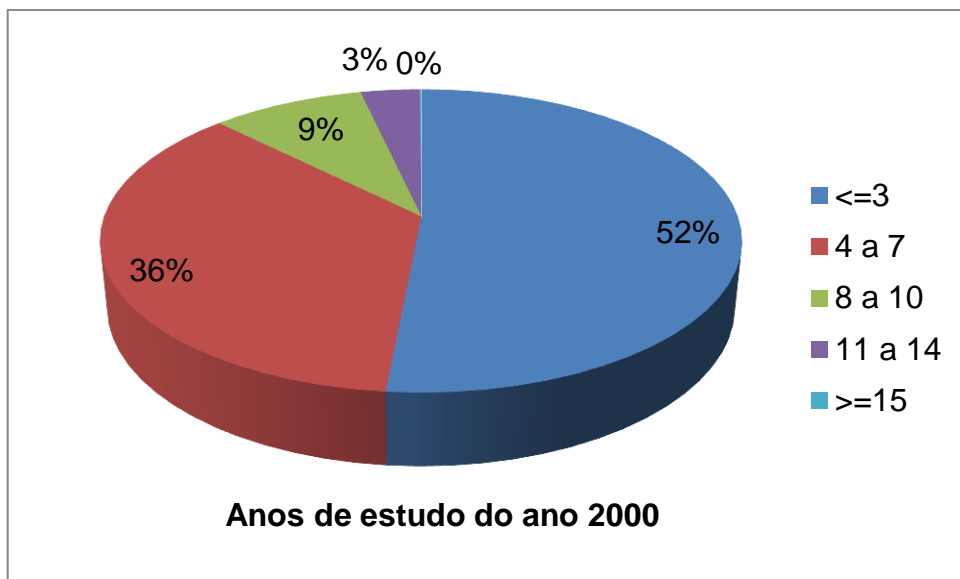
O gráfico 5 mostra a escolaridade em anos de estudo da PIA do estado de Alagoas. Pode ser visto um resultado relativamente semelhante com o apresentado no Sertão Alagoano. Porém, para todas as faixas de anos de estudo, o estado de Alagoas apresentou um resultado melhor em relação a essa mesorregião. Semelhante ao Sertão, o estado não possui população pobre que tenha nível superior.

Gráfico 4 – Escolaridade (em %) em anos de estudo da população de 15 a 64 anos do Sertão de Alagoas no ano 2000.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Gráfico 5 – Escolaridade (em %) em anos de estudo da população de 15 a 64 anos do estado de Alagoas no ano 2000.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

A tabela 10 apresenta a escolaridade em anos de estudo da PIA dos municípios do Sertão de Alagoas em 2010. Nota-se, um resultado semelhante ao ano 2000, onde todos os municípios, exceto o município de Olho d'Água das Flores, a maioria da população pobre não possui ao menos 3 anos de estudo. O município de Olho d'Água das Flores foi o único que em sua maioria possui uma população pobre que concluiu 4 a 7 anos de estudo.

O município de Pão de Açúcar semelhante ao ano 2000 obteve a maior porcentagem (23,70%) de pessoas que estudaram 8 a 10 anos de estudo no ano 2010. Na faixa de 11 a 14 anos de estudo, com 10,47% o município de Palestina apresentou a maior porcentagem. Em relação à conclusão de 15 anos ou mais, o resultado em 2010 de fato não avançou em relação a 2000, com a população pobre em todos os municípios não chegando a 1%.

Tabela 10 – Escolaridade (em %) em anos de estudo da população de 15 a 64 anos dos municípios do Sertão de Alagoas no ano 2010.

Municípios	Anos de estudo do ano 2010				
	<=3	4 a 7	8 a 10	11 a 14	>=15
Água Branca	50,02	29,62	14,18	6,18	0,00
Batalha	43,64	30,34	15,99	(9,91)	0,11
Belo Monte	48,54	31,97	14,04	5,00	0,45
Canapi	(51,76)	34,50	(9,85)	3,75	0,14
Carneiros	46,53	(37,94)	(10,95)	4,58	0,00
Delmiro Gouveia	42,18	33,60	17,63	6,60	0,00
Dois Riachos	(58,61)	(23,23)	14,00	(3,53)	0,64
Inhapi	(51,71)	31,73	13,14	(3,09)	0,34
Jacaré dos Homens	44,00	(28,75)	(21,29)	5,97	0,00
Jaramataia	(36,56)	32,94	20,61	(9,88)	0,00
Major Isidoro	49,57	31,53	15,02	3,74	0,14
Maravilha	48,22	31,55	14,13	5,74	0,36
Mata Grande	46,47	37,69	12,20	(3,37)	0,28
Monteirópolis	43,28	35,92	12,75	7,94	0,11
Olho d'Água das Flores	39,01	(40,43)	14,08	6,48	0,00
Olho d'Água do Casado	50,88	34,42	11,15	3,56	0,00
Oliveira	45,93	(39,80)	(9,99)	4,28	0,00
Ouro Branco	42,90	31,04	17,18	8,72	0,16
Palestina	(36,35)	33,40	19,06	(10,47)	0,72

Pão de Açúcar	(35,00)	32,98	(23,70)	7,81	0,51
Pariconha	46,55	34,51	14,03	4,91	0,00
Piranhas	49,74	(28,17)	16,38	5,13	0,59
Poço das Trincheiras	40,16	31,92	(22,37)	5,55	0,00
Santana do Ipanema	46,18	34,05	13,20	6,47	0,09
São José da Tapera	45,75	34,06	15,63	4,40	0,17
Senador Rui Palmeira	41,68	37,22	16,02	4,84	0,24

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

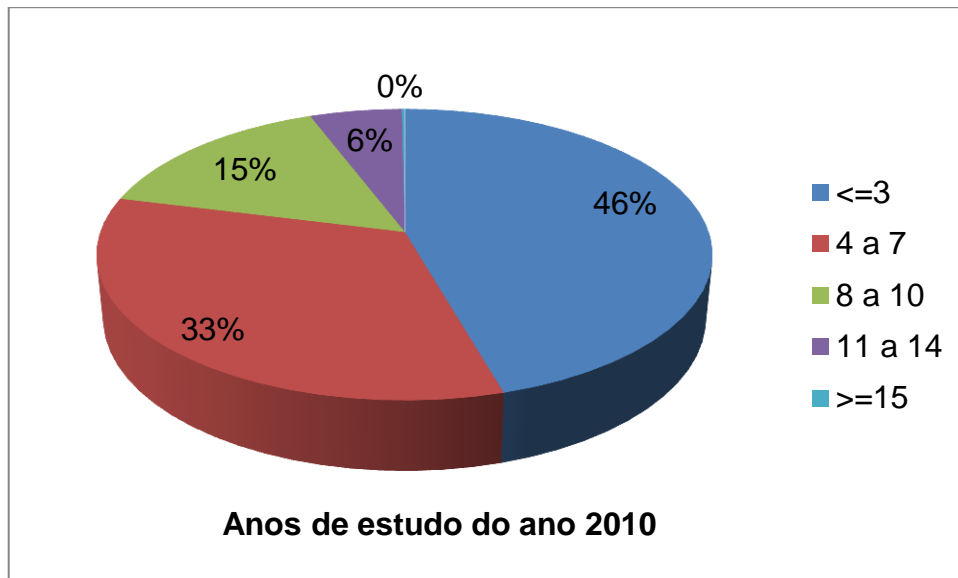
Nota: Os valores entre parênteses indicam os maiores e menores resultados.

No gráfico 6 mostra a escolaridade em anos de estudo da PIA no geral para o Sertão de Alagoas no ano 2010. Observa-se um crescimento nos anos estudados em relação ao apresentado no ano 2000. Na faixa menor ou igual a 3 anos de estudo, houve uma queda de 15p.p., conseqüentemente, um crescimento de 2 p.p na faixa 4 a 7 anos; 9p.p na faixa de 8 a 10 anos e 4p.p na faixa de 11 a 14 anos de estudo. Na faixa de 15 anos ou mais permaneceu o mesmo sem crescimento.

O estado de Alagoas em 2010 apresentou níveis de escolaridade superior ao Sertão de Alagoas. O gráfico 7 mostra as taxas de escolaridade em grupos de anos de estudo do estado de Alagoas em 2010, na qual obteve crescimento em relação ao resultado apresentado em 2000. O estado em 2010 alcançou 1% da população pobre concluindo 15 anos de estudo ou mais.

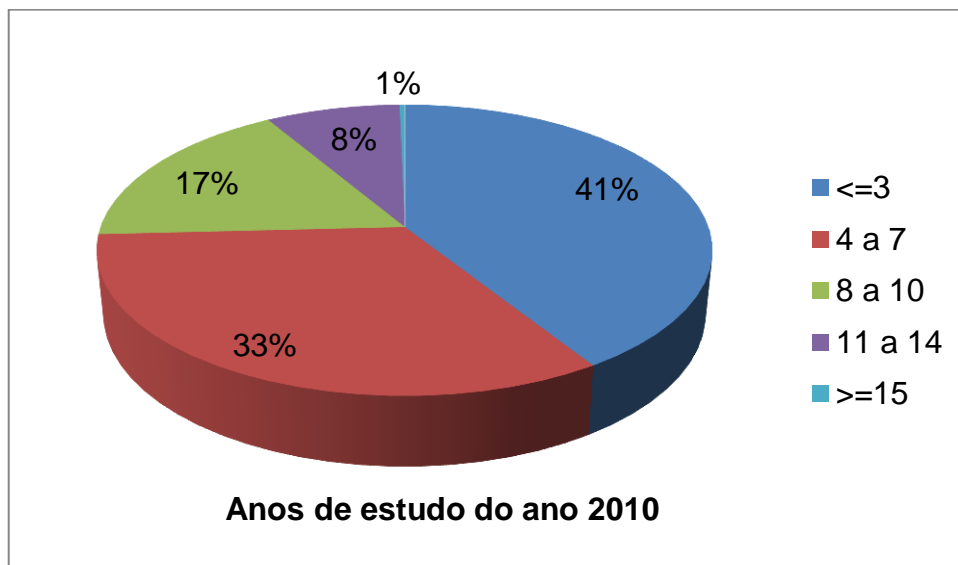
Assim, apesar de possuir uma porcentagem alta de analfabetos e de pessoas que não possui pelo menos 3 anos de estudo, a PIA atingiu melhorias nos níveis de escolaridade no Sertão e no estado de Alagoas no período 2000 a 2010. Esse resultado segue na mesma linha ao apresentado para o Brasil, onde segundo Osório et al (2011) de 2004 a 2009, a escolaridade das pessoas de 15 a 64 anos aumentou, assim como, houve redução na taxa de analfabetismo.

Gráfico 6 – Escolaridade (em %) em anos de estudo da população de 15 a 64 anos do Sertão de Alagoas no ano 2010.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Gráfico 7 – Escolaridade (em %) em anos de estudo da população de 15 a 64 anos do estado de Alagoas no ano 2010.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

5.1.2 Inserção ao Mercado de Trabalho

A tabela 11 mostra como a população de 15 a 64 anos dos municípios do Sertão de Alagoas está inserida no mercado de trabalho nos anos 2000 e 2010. O trabalho formal compreende os assalariados de carteira assinada, empregadores, militares e servidores públicos. O trabalho informal engloba os assalariados sem carteira assinada e os sem remuneração. São considerados autônomos os que trabalham por conta própria e autoconsumo os que produzem para o próprio consumo.

Para o trabalho formal, pode ser observado que na última década houve uma piora, com redução de trabalhadores formais em 19 municípios. Em 2010, com 12,26% o município de Palestina é o que apresentou a maior proporção de empregos formais. Com 1,52% o município de Major Isidoro apresentou a menor proporção. Ademais, a proporção de trabalhadores formais entre os pobres é extremamente baixa.

No período entre os anos de 2000 e 2010, houve reduções nos empregos informais, observada em 21 municípios. Em 2010, com 56,62%, o município de Batalha foi o que apresentou a maior proporção de trabalhadores informais. A menor proporção (13,09%) foi apresentada pelo município de Poço das Trincheiras.

Para trabalhadores autônomos, houve no período uma redução em 14 municípios. Em 2010, os municípios de Jaramataia e Palestina com 29,35% e 5,29% apresentaram a maior e menor proporção respectivamente de trabalhadores por conta própria.

Diferente dos outros indicadores que apresentaram reduções, a última década mostra um aumento de pessoas que produzem para o próprio consumo. Assim, esse aumento pode ser visto em 22 municípios. Em 2010, os municípios de Belo Monte e Jaramataia com 70,19% e 17,70% apresentaram a maior e menor proporção, respectivamente. Além disso, claramente, em sua ampla maioria, os trabalhadores pobres do Sertão de Alagoas produzem para consumo próprio.

Tabela 11 – Inserção ao mercado de trabalho da população (em %) de 15 a 64 anos dos municípios do Sertão de Alagoas, 2000-2010.

Municípios	Formais		Informais		Autônomos		Autoconsumo	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Água Branca	6,37	3,32	33,49	21,21	20,96	8,36	39,18	(67,10)
Batalha	5,18	5,72	(70,76)	(56,62)	17,69	17,42	(6,37)	(20,24)
Belo Monte	9,62	3,53	47,25	(18,50)	15,54	(7,78)	27,59	(70,19)
Canapi	6,19	(1,55)	42,93	35,49	16,88	18,56	33,99	44,40
Carneiros	(2,97)	5,93	62,36	29,43	(30,90)	13,49	(3,77)	51,15
Delmiro								
Gouveia	(14,61)	(11,86)	44,42	34,64	(28,06)	17,38	12,91	36,11
Dois Riachos	7,80	4,80	58,77	31,19	17,41	19,63	16,02	44,39
Inhapi	4,66	(2,08)	36,70	21,69	14,62	15,36	44,02	60,86
Jacaré dos								
Homens	10,94	6,27	62,69	(55,01)	14,11	13,23	12,26	(25,49)
Jaramataia	(11,35)	6,97	(66,28)	45,99	20,02	(29,35)	(2,35)	(17,70)
Major Isidoro	3,88	(1,52)	(65,72)	(54,09)	14,05	16,79	16,36	27,60
Maravilha	7,08	2,31	(23,27)	26,92	27,32	(24,11)	42,32	46,65
Mata Grande	(3,22)	3,14	33,86	23,08	26,56	14,14	36,37	59,65
Monteirópolis	4,18	(7,72)	42,20	51,37	8,68	14,70	44,93	26,21
Olho d'Água das								
Flores	(16,81)	4,16	49,93	46,83	(18,10)	15,17	15,17	33,85
Olho d'Água do								
Casado	8,19	7,71	32,21	37,36	(6,08)	14,26	53,52	40,68
Olivença	6,31	4,63	(17,44)	42,01	(5,48)	(8,16)	(70,77)	45,21
Ouro Branco	6,87	2,94	48,82	36,46	21,44	(21,67)	22,87	38,93
Palestina	7,90	(12,26)	40,35	25,20	15,10	(5,29)	36,64	57,25
Pão de Açúcar	5,85	6,09	56,31	37,03	12,17	11,61	25,67	45,27
Pariconha	6,03	6,40	39,68	(20,38)	14,44	10,89	39,85	62,34
Piranhas	10,43	5,98	38,74	37,20	14,79	13,13	36,05	43,69
Poço das								
Trincheiras	3,87	3,61	24,99	(13,09)	10,72	15,80	(60,42)	(67,51)
Santana do								
Ipanema	5,65	2,96	52,70	46,91	(32,44)	19,99	9,21	30,14
São José da								
Tapera	(2,54)	3,74	(55,58)	32,83	(5,52)	15,22	36,36	48,21
Senador Rui								
Palmeira	8,14	3,17	21,09	27,86	7,60	8,89	(63,18)	60,07

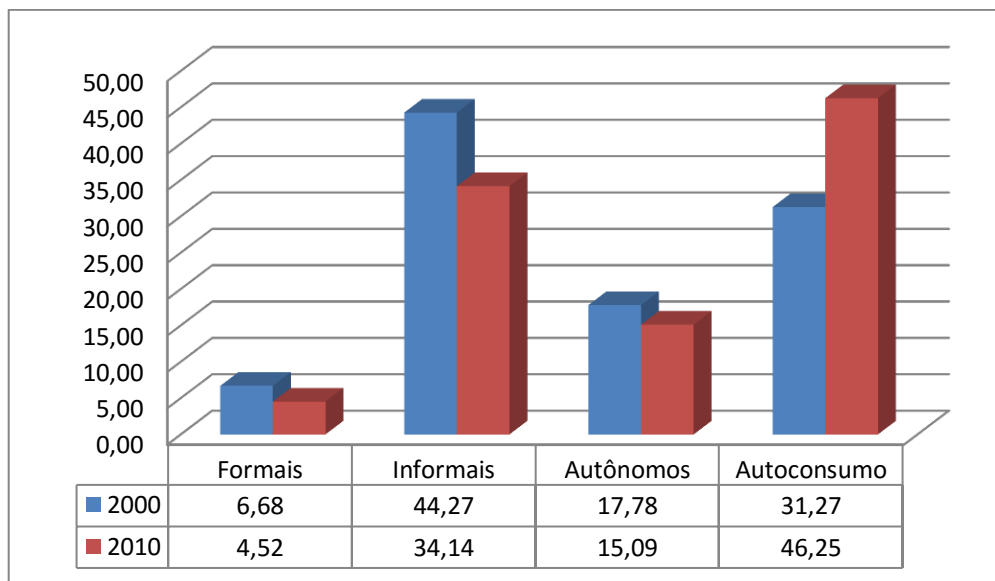
Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Nota: Os valores entre parênteses indicam os maiores e menores resultados.

O Sertão de Alagoas apresentou no período 2000 a 2010, redução no trabalho formal, seguido de reduções no trabalho informal, no trabalho autônomo e aumento no trabalho para o próprio consumo, é o que mostra o gráfico 8. O resultado para o Sertão segue a mesma linha do apresentado para o estado de Alagoas, como mostra o gráfico 9.

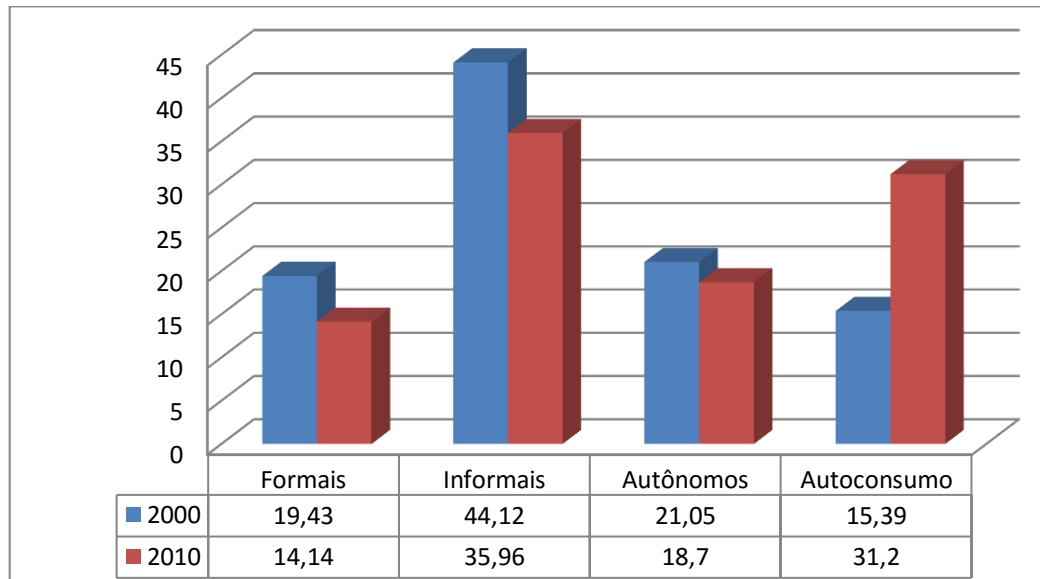
Assim, pode ser observado que o aumento no perfil educacional, ou seja, a redução de analfabetos e o aumento da escolaridade em anos de estudo, de fato, pouco contribuiu para os indicadores de inserção ao mercado de trabalho no Sertão Alagoano e no estado de Alagoas. O mesmo acontece para o Brasil, onde Souza e Osorio (2013) mostram que a piora nos indicadores de inserção ao mercado de trabalho para a população pobre, ocorreu simultaneamente com a melhora no perfil educacional.

Gráfico 8 - Inserção ao mercado de trabalho da população (em %) de 15 a 64 anos do Sertão de Alagoas, 2000-2010.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Gráfico 9 - Inserção ao mercado de trabalho da população (em %) de 15 a 64 anos do estado de Alagoas, 2000-2010.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

5.1.3 Acesso a Serviços Públicos de Infraestrutura

O acesso a serviços públicos de infraestrutura para as famílias depende mais de políticas públicas do que da própria renda (SOUZA e OSORIO, 2012). O acesso a esses serviços públicos proporciona uma melhor qualidade de vida para as famílias.

Infelizmente, muitas vezes a garantia desses serviços está longe de ser universal, assim como, a falta de acesso a eles pode comprometer o bem-estar da população e até mesmo atuar como causa e consequência da pobreza (SOUZA E OSORIO, 2013).

A tabela 12 apresenta quatro indicadores de acesso a serviços públicos de infraestrutura dos municípios do Sertão Alagoano em 2000 e 2010. Os serviços são: acesso à água (domicílios que possuem rede geral de canalização interna); a eletricidade; acesso a esgoto sanitário (domicílios que possuem rede geral ou fossa séptica) e acesso à coleta de lixo adequado (coletado por serviços de limpeza ou colocado em caçamba de serviço de limpeza).

O acesso à água para as famílias teve aumento no período em 20 municípios, no entanto, o crescimento apresentado nessa última década foi lento. O município de Delmiro Gouveia com 75,46% em 2010 apresentou a maior porcentagem de famílias com acesso a água. Com 13,72% o município de Carneiros apresentou a menor porcentagem de acesso.

O acesso à energia elétrica diferente de todos, já começou o período com uma porcentagem alta para alguns municípios e continuou progredindo em todos os municípios. Nota-se que em 2000, alguns municípios como Canapi, Inhapi, Maravilha, Mata Grande, Ouro Branco, Olivença, São José da Tapera e Senador Rui Palmeira tinham um baixo acesso à energia elétrica, entretanto, eles apresentaram um aumento vertiginoso no acesso a esse serviço. Em 2010, os municípios de Monteirópolis e Olho d'Água do Casado com 99,47% e 90,50% apresentaram respectivamente a maior e menor porcentagem de acesso à eletricidade.

O acesso a esgotamento sanitário foi o indicador de pior avanço nessa última década. Assim, além de um crescimento pequeno, só aconteceu em 16 municípios. Com 44,10% em 2010 o município de Delmiro Gouveia foi o que apresentou a maior porcentagem de acesso a esgoto sanitário. Os municípios de Carneiros, Jacaré dos Homens, Jaramataia, Maravilha, Monteirópolis e Ouro Branco não apresentaram resultado em 2010.

O acesso à coleta de lixo adequado também progrediu na última década, com crescimento em 23 municípios. Os municípios de Delmiro Gouveia e Mata Grande com 75,21% e 17,83% foram os que apresentaram a maior e menor proporção de famílias com acesso a coleta de lixo.

Tabela 12 – Indicadores de acesso a serviços públicos de infraestrutura (em %) dos municípios do Sertão de Alagoas, 2000-2010.

Municípios	Água		Eletricidade		Esgoto		Lixo	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Água Branca	38,83	44,19	77,66	95,26	(9,50)	(16,08)	(14,25)	(21,38)
Batalha	(62,62)	54,39	90,54	98,15	3,15	11,57	40,29	51,22
Belo Monte	22,00	35,75	84,85	96,67	1,74	6,97	26,33	24,93

Canapi	(7,11)	(13,72)	(41,50)	95,90	0,00	3,10	(12,48)	(23,31)
Carneiros	23,89	52,82	65,72	97,19	0,00	0,00	35,66	51,09
Delmiro Gouveia	(71,07)	(75,46)	(92,15)	97,95	(35,66)	(44,10)	(64,60)	(75,21)
Dois Riachos	16,47	19,50	65,08	(99,05)	0,00	0,22	33,04	36,43
Inhapi	19,16	24,81	50,77	(92,37)	0,31	0,59	24,22	35,06
Jacaré dos Homens	57,62	67,94	90,05	98,98	0,00	0,00	37,24	65,83
Jaramataia	41,76	53,22	(96,78)	97,96	0,00	0,00	45,12	60,17
Major Isidoro	23,49	22,57	79,10	98,92	0,24	3,17	37,59	43,20
Maravilha	19,54	21,33	58,57	96,83	0,91	0,00	33,16	31,43
Mata Grande	23,33	22,22	56,06	94,45	0,23	3,01	(10,39)	(17,83)
Monteirópolis	31,20	50,02	63,74	(99,47)	0,00	0,00	28,08	48,40
Olho d'Água das Flores	(67,94)	(72,73)	69,27	98,52	1,59	0,32	(56,35)	62,26
Olho d'Água do Casado	44,31	57,17	68,96	(90,50)	0,28	4,99	46,50	43,47
Oliveira	17,70	31,60	58,85	(99,16)	0,00	1,76	27,80	34,90
Ouro Branco	(13,86)	(18,51)	51,71	99,03	0,20	0,00	26,73	40,70
Palestina	52,28	(75,57)	(92,15)	98,83	0,00	7,08	46,82	(74,85)
Pão de Açúcar	53,81	64,25	69,19	97,81	0,00	2,88	42,48	52,79
Pariconha	35,80	34,60	87,32	(91,93)	0,00	1,63	17,75	45,51
Piranhas	55,56	56,17	74,98	92,96	(31,39)	(28,27)	(48,37)	(67,37)
Poço das Trincheiras	(6,92)	21,18	66,10	97,59	0,29	0,98	18,18	32,94
Santana do Ipanema	46,76	48,97	77,43	96,71	1,31	1,24	38,35	47,76
São José da Tapera	19,90	36,47	(36,46)	97,17	0,16	0,11	22,89	33,97
Senador Rui Palmeira	19,48	(16,33)	(36,25)	98,64	0,41	0,65	22,71	31,48

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Nota: Os valores entre parênteses indicam os maiores e menores resultados.

O gráfico 10 apresenta no geral para o Sertão de Alagoas os quatro indicadores de serviços públicos de infraestrutura em 2000 e 2010. Nota-se que ocorreu um crescimento para os quatro indicadores. O acesso à água, eletricidade, esgoto e lixo tiveram um crescimento de 5,92, 29,54, 2,0 e 10,23 em pontos

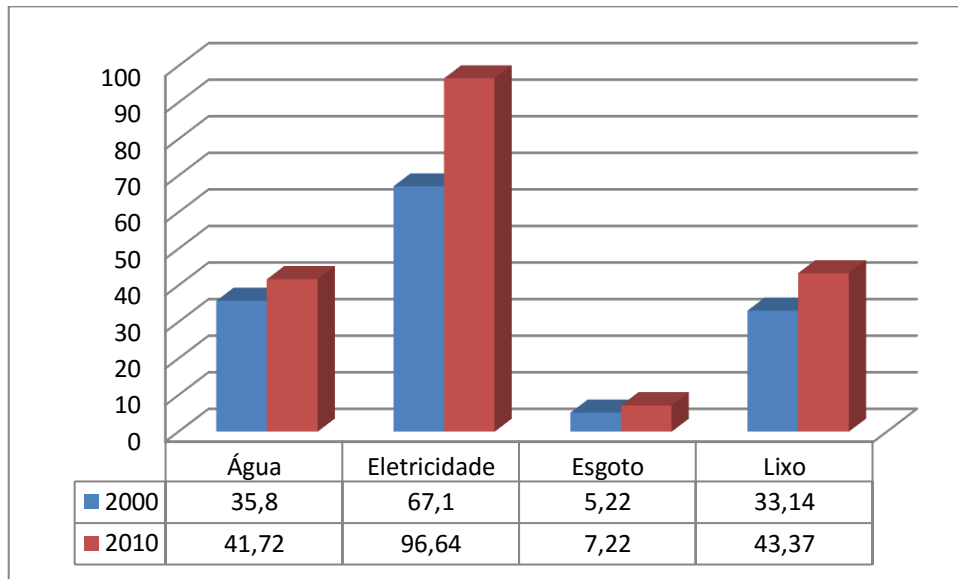
percentuais (p.p.) respectivamente. O esgotamento sanitário foi o indicador de pior oferta de serviços públicos nessa última década.

O acesso à água, eletricidade, esgoto e lixo também tiveram crescimento na última década para o estado de Alagoas, é o que mostra o gráfico 11. Os crescimentos no acesso a água, eletricidade, esgoto e lixo foram respectivamente em p.p. 5,85, 13,33, 5,24 e 10,45. Em 2010, o estado de Alagoas obteve resultado superior ao sertão, no entanto, o avanço na última década no acesso a água e energia elétrica para o Sertão foi, em pontos percentuais (p.p), superior à média do estado.

O avanço em energia elétrica tanto no Sertão quanto no estado de Alagoas, foi o principal resultado em relação à oferta de serviços públicos de infraestrutura. Resultado semelhante para o Brasil, segundo Souza e Ozorio (2013) na década passada o acesso à energia elétrica foi uma grande conquista, onde se universalizou ao longo da década, e em relação a os outros serviços como água, esgotamento sanitário e coleta de lixo foi aquém do desejado.

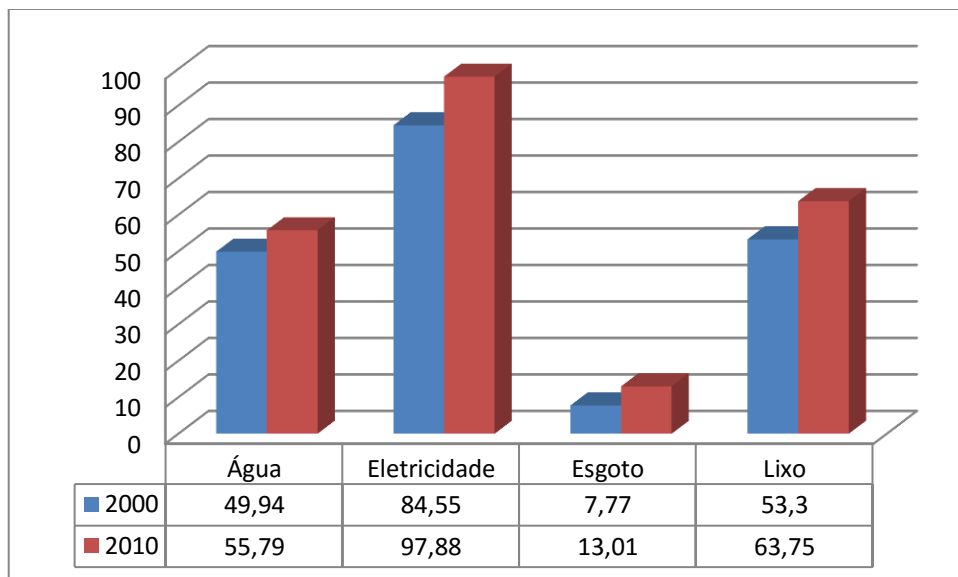
Para Caldas e Sampaio (2015) em 2009, o maior problema enfrentado em todas as regiões do Brasil foi ao acesso à água canalizada. Enquanto isso, segundo os autores o acesso à energia é o menos afetado pelas famílias em todas as regiões. Assim, observa-se que semelhante ao Sertão de Alagoas as políticas públicas podem ter ajudado na última década no crescimento do acesso à energia elétrica em todas as regiões do Brasil.

Gráfico 10 - Indicadores de acesso a serviços públicos de infraestrutura (em %) do Sertão de Alagoas, 2000-2010.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Gráfico 11 - Indicadores de acesso a serviços públicos de infraestrutura (em %) do estado de Alagoas, 2000-2010.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

5.1.4 Acesso a Bens de Consumo Duráveis

O acesso a bens de consumo duráveis diferente do acesso a serviços públicos é um indicador de bem-estar que depende mais da renda do que de políticas públicas (SOUZA e OSORIO, 2013). A tabela 13 apresenta três indicadores de bens de consumo duráveis dos municípios do sertão de Alagoas nos anos 2000 e 2010.

O crescimento na renda *per capita* no Sertão de Alagoas apresentado anteriormente e uma possível melhoria nas condições econômicas dos mais pobres na última década, tornou-se fundamental para o avanço no acesso das famílias a bens de consumo. Pode ser observado que o acesso à geladeira e a televisão teve crescimento em todos os municípios. Para o acesso a máquina de lavar, o município de Jaramataia foi o único que apresentou redução no acesso.

Vale ressaltar, que o município de Delmiro Gouveia que detém a maior renda em 2010 do Sertão, apresentou no mesmo ano para os pobres a maior porcentagem de famílias com acesso a Geladeira, Televisão e Máquina de Lavar. Assim, observa-se a importância do crescimento da renda para um melhor acesso de bens de consumo.

Tabela 13 – Indicadores de acesso a bens de consumo duráveis (em %) dos municípios do Sertão de Alagoas, 2000-2010.

Municípios	Geladeira		Televisão		Máquina de Lavar	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Água Branca	27,19	63,52	65,33	87,46	0,68	3,09
Batalha	(36,02)	(71,46)	68,14	92,56	0,56	4,08
Belo Monte	32,39	(67,90)	55,94	85,94	0,68	1,51
Canapi	17,47	55,56	40,15	90,19	0,85	1,44
Carneiros	(10,77)	(48,52)	(36,44)	91,55	0,00	(0,29)
Delmiro Gouveia	(54,92)	(77,94)	(80,12)	(94,48)	(2,69)	(7,89)
Dois Riachos	23,87	65,39	49,23	88,17	0,00	1,63
Inhapi	20,42	(50,02)	47,71	84,14	1,14	(6,66)
Jacaré dos Homens	18,69	57,29	63,73	(92,76)	0,00	1,44
Jaramataia	(34,87)	62,59	(72,25)	92,14	(2,28)	1,27

Major Isidoro	26,34	64,39	64,15	92,60	1,16	1,27
Maravilha	13,37	59,24	42,24	89,22	0,04	1,91
Mata Grande	21,48	54,39	49,94	(81,04)	0,60	1,87
Monteirópolis	15,54	56,88	44,96	87,62	0,00	(0,25)
Olho d'Água das Flores	24,01	59,60	55,73	91,28	0,00	(0,78)
Olho d'Água do Casado	26,23	56,91	62,84	(77,89)	0,83	2,44
Oliveira	20,18	64,58	56,69	88,43	0,00	1,51
Ouro Branco	(12,04)	54,06	57,14	(92,63)	0,42	2,54
Palestina	22,49	57,44	68,30	90,13	0,00	2,18
Pão de Açúcar	31,15	60,07	56,11	86,24	0,41	1,33
Pariconha	32,74	57,31	(70,51)	(82,68)	0,28	2,63
Piranhas	31,27	61,39	58,46	84,54	1,02	1,37
Poço das Trincheiras	15,95	66,29	45,44	89,87	0,37	(5,37)
Santana do Ipanema	34,12	66,37	61,99	89,78	(1,98)	2,59
São José da Tapera	(10,45)	50,53	(31,76)	88,75	0,00	1,02
Senador Rui Palmeira	12,75	(40,19)	(33,14)	84,42	0,07	2,53

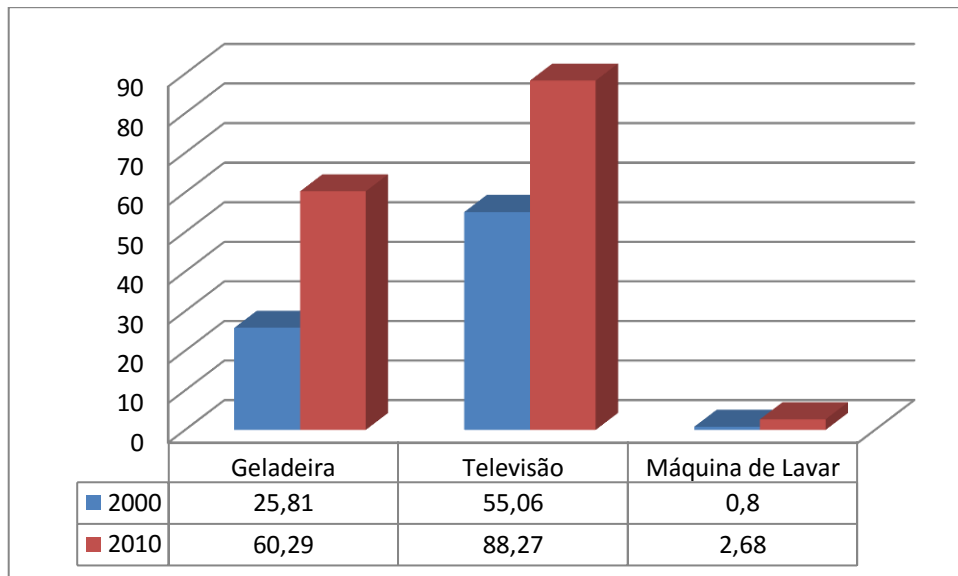
Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Nota: Os valores entre parênteses indicam os maiores e menores resultados.

O gráfico 12 mostra o crescimento na última década para os três bens de consumo no geral para o Sertão. Observa-se avanço em todos os bens, sendo que o acesso à máquina de lavar, com crescimento de 1,88 p.p. progrediu lentamente. Os bens de consumo geladeira e televisão tiveram crescimento de 34,48p.p. e 33,21p.p., respectivamente.

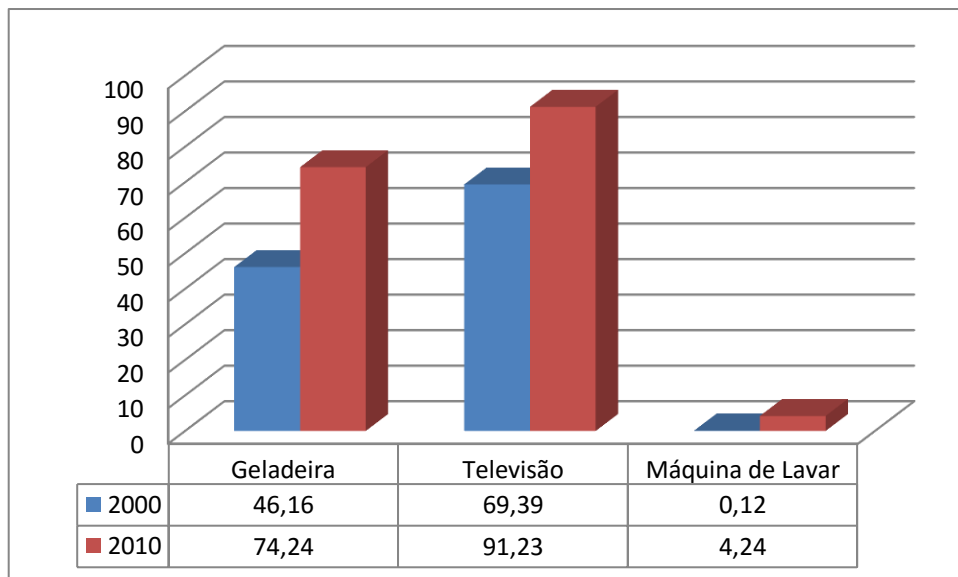
O estado de Alagoas apresentou um resultado bastante semelhante ao Sertão, como mostra o gráfico 13. Nota-se crescimento para todos os bens, mas assim como o Sertão, com um progresso lento no acesso a máquina de lavar. Em comparação, o Sertão apresentou um crescimento superior em pontos percentuais para os bens geladeira e televisão; apenas o acesso à máquina de lavar que o estado apresentou um crescimento maior.

Gráfico 12 - Indicadores de acesso a bens de consumo duráveis (em %) do Sertão de Alagoas, 2000-2010.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Gráfico 13 – Indicadores de acesso a bens de consumo duráveis (em %) do estado de Alagoas, 2000-2010.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou a evolução de alguns indicadores socioeconômicos da população pobre do Sertão de Alagoas no ano 2000 e 2010, com o objetivo de mensurar o perfil dos pobres. No primeiro momento, o trabalho procurou analisar alguns aspectos geográficos, demográficos e socioeconômicos do Sertão.

O Sertão de Alagoas que possui 26 municípios obteve um crescimento no PIB e na renda *per capita* ao longo da última década. Os resultados foram acompanhados por reduções no percentual de pobres. Analisando a qualidade de vida no Sertão através do IDHM, que é formado por três índices: longevidade, educação e a renda, observaram-se melhorias para todos os municípios.

Os resultados para análise do perfil dos pobres na última década mostram avanços significativos nos municípios do Sertão de Alagoas. Pode ser observado os avanços nos indicadores de educação, de inserção ao mercado de trabalho, do acesso a bens públicos de infraestrutura e dos bens de consumo duráveis. O crescimento de 64,22% na renda domiciliar *per capita* total da população e a possível melhoria nas condições econômicas dos pobres tornaram-se fundamentais para a melhora no perfil dos pobres, assim como, as políticas públicas como visto no melhor acesso a serviços públicos, contribuíram para uma melhor qualidade de vida.

Para a educação, observa-se queda nas porcentagens de analfabetismo para todos os municípios do Sertão de Alagoas e também para o estado em geral no período 2000 a 2010. No entanto, mesmo com a redução na taxa de analfabetismo para todos os municípios, o percentual de analfabetos ainda é grande nos dois períodos analisados. Mesmo possuindo uma porcentagem alta de analfabetos e de pessoas que não possui pelo menos 3 anos de estudo, a PIA atingiu na última década maiores níveis de escolaridade no Sertão e no estado de Alagoas.

A melhora no perfil educacional pouco contribuiu para os indicadores de inserção ao mercado de trabalho tanto no Sertão Alagoano quanto no estado. O Sertão de Alagoas apresentou na última década redução no trabalho formal, seguido de reduções no trabalho informal, no trabalho autônomo e aumento no trabalho para o próprio consumo.

Para os indicadores de acesso a bens públicos de infraestrutura, como água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e principalmente energia elétrica houve na última década um crescimento na oferta de serviços públicos. No entanto, diferente dos outros o avanço de domicílios com esgotamento sanitário apresentou um nível baixíssimo. A melhora nos resultados nos indicadores de serviços públicos também é visto no estado de Alagoas. O estado apresentou em 2010 um resultado superior ao Sertão, todavia, o avanço na última década no acesso a água e energia elétrica para o Sertão foi, em pontos percentuais (p.p), superior à média do estado. Assim como o Sertão, o avanço em energia elétrica no estado de Alagoas foi o principal resultado em relação à oferta de serviços públicos de infraestrutura.

Uma possível melhora econômica na vida dos pobres no período 2000 a 2010 pode ter contribuído para a aquisição das famílias a bens de consumo duráveis. Observou-se avanço em todos os bens, sendo que o acesso à máquina de lavar progrediu lentamente. O estado de Alagoas apresentou um resultado bastante semelhante ao Sertão, sendo que o Sertão apresentou um crescimento superior em pontos percentuais para os bens geladeira e televisão; apenas o acesso à máquina de lavar que o estado apresentou um crescimento maior.

Em suma, o período 2000-2010 apresentou crescimento nos indicadores socioeconômicos do Sertão de Alagoas, conseqüentemente, melhora no perfil dos pobres. De fato, políticas públicas educacionais, de infraestrutura e de transferência de renda podem ter ajudado nessa melhora. No entanto, embora tenha obtido um resultado expressivo na última década, o Sertão de Alagoas ainda apresenta números inferiores ao estado como um todo.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, P. L. A. **Pobreza no nordeste do Brasil**: uma análise multidimensional para o período 2001 – 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- BARRETO, F. A. F. D. et al. O que mais importa no combate à pobreza, crescimento econômico ou redução da desigualdade: evidências para as regiões brasileiras. **LEPCAEN**, Fortaleza, n. 16, 2009.
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 42, p. 123-142, 2000.
- BEZERRA, L. A. et al. Pró-pobre ou empobrecedor: qual a contribuição do crescimento econômico para alagoas? **Análise**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 162-174, jul./dez. 2010.
- BUAINAIN, A. M.; NEDER, H. D.; OLIVEIRA, R. B. A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas. **IICA**, Brasília, v.16, p. 540, 2012.
- CALDAS, R. M.; SAMPAIO, Y. S. B. Pobreza no Nordeste Brasileiro: uma análise multidimensional. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, p. 74-96, 2015.
- DEL GROSSI, M.; SILVA, J.; TAKAGI, M. A evolução da pobreza no Brasil: 1995/99. **Instituto de Economia**, Campinas, n. 104, 2001.
- FOSTER, J., GREER, J., THORBECKE, E. A class of decomposable poverty measures. **Econometrica**, New York, v.52, n. 3, p.761-766, 1984.
- HOFFMANN, R. **Distribuição de renda**: medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: Edusp, v, 22, 275 p., 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 5 jan 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE. **Comunicados do IPEA**, Brasília, n. 159. out. 2013

KAGEYAMA, Â.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, v. 15, n. 1, p. 79-112, 2006.

LAVINAS, L. Pobreza: métricas e evolução recente no Brasil e no Nordeste. **Caderno de Desenvolvimento**, Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, p. 126-148, out. 2010.

LOUREIRO, A. O. F.; SULIANO, D. C. As principais linhas de pobreza utilizadas no Brasil. **SEPLAG/IPECE**, Fortaleza, n.38. ago., p. 1 -10, 2009.

MANSO, C. A.; BARRETO, F. A. F. D.; FRANÇA, J. M. O crescimento econômico no Ceará foi a favor dos mais pobres? Evidências comparativas com o Nordeste e o Brasil a partir do desenvolvimento do mercado de trabalho nas zonas urbanas, metropolitanas e rurais. **LEP-CAEN**, Fortaleza, n. 17, 21 p, 2008.

NERI, M. O mínimo da desigualdade. **Conjuntura Social**, Rio de Janeiro, maio, 2011.

OSORIO, R. G.; SOUZA, P. H. G. F. O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011. **Ipea**, Brasília, 2013.

OSORIO, R. G.; SOUZA, P. H. G. F. Perfil da pobreza na Bahia e sua evolução no período 2004-2009. **Ipea**, Brasília, 2012.

OSORIO, R. G. et al. Perfil da pobreza no Brasil e sua evolução no período 2004-2009. **Ipea**, Brasília, 2011.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: a evolução de longo prazo (1970-2011). **XXV Fórum Nacional**, Rio de Janeiro, n. 492, 2013.

ROCHA, S. Pobreza e indigência no Brasil - algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.2, p.265-299, 2006.

SANTOS, A. M. A; OLIVEIRA, J. J. B; SANTOS, M. S. Evolução da pobreza e da desigualdade de renda nas áreas rurais e urbanas dos municípios do sertão de Alagoas no período 2000-2010. Santana do Ipanema, 2014.

SILVA, J. L. M.; OTTONELLI, J.; MARIN, S. R. Elasticidade da pobreza nos domicílios nordestinos: o impacto da renda e desigualdade da renda (2001 a 2009). **Economia e Desenvolvimento**, Recife, v. 12. n. 2, 2013.

SILVA, W. G. A. Análise da pobreza e da desigualdade de renda no médio sertão alagoano. Santana do Ipanema, 2015.

SOBEL, T. F.; GONÇALVES, M. B. C; COSTA, E. F. Evolução e Caracterização dos Níveis de Pobreza do Nordeste Entre 1995 e 2005. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 48, p. 63-83, 2010.

SOUZA, Pedro H. G. F. As causas imediatas do crescimento da renda, da redução da desigualdade e da queda da extrema pobreza na Bahia, no Nordeste e no Brasil entre 2003 e 2011. **Ipea**, Brasília, 2013.

TEJADA, C. A. O. et al. A pobreza em Alagoas: uma análise da evolução e dos seus determinantes no período 1981-2005. **Revista da ABET**, Londrina, v. VI, p. 26-50, 2006.